

Nem intervenção no RJ conseguiu disfarçar

# Brasil joga por terra

# o assalto de Temer

# à Previdência Social

Fábio Motta - AE



**Fachin mantém Bendine preso por propina de R\$ 3 milhões da Odebrecht**

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, negou o pedido de soltura feito pelo ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobrás, nos governos de Lula e Dilma Rousseff, e manteve na cadeia Aldemir Bendine, que está preso desde julho do ano passado pela Operação Lava Jato. Bendine é acusado de receber R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht. **Página 2**

**Ladrão de gravata quer xingar todo o povo de bandido ao pedir mandado coletivo de busca**

“Não existem mandados de busca em endereços genéricos. É preciso deixar claro ao senhor Presidente, conhecido constitucionalista, os limites do estado de direito”, declarou o procurador Santos Lima, da Operação Lava Jato. **P. 3 e 4**

**Temer requeixa quinze propostas para poder dizer que tem plano B**

Após a reforma da Previdência ter ido para o vinagre, o governo anunciou na segunda-feira uma “nova pauta prioritária”, que inclui 15 projetos na área econômica, sendo que 11 deles já estavam tramitando no Congresso. **Página 2**

**Extradição de Toledo é pedida por juiz peruano**

A Justiça peruana pediu a extradição do ex-presidente, Alejandro Toledo, que está fugido nos EUA e recebeu US\$ 20 milhões de propina da Odebrecht. **Página 6**



**Repúdio fez governo não conseguir os votos para destruir aposentadorias**

O ataque às aposentadorias do povo brasileiro – a infame “reforma da Previdência” de Temer – teve um final tão indigno quanto os seus patrocinadores, na última segunda-feira, dia marcado para sua votação na Câmara. Sem votos para aprová-la, na sexta-feira Temer interviu no Rio, o que impossibilitava a tramitação de qualquer proposta de emenda constitucional – como era o ataque à Previdência. Na madrugada de terça, os deputados aprovaram a intervenção no Rio até 31 de dezembro – e a “reforma da Previdência” de Temer foi enterrada. **Pág. 3**

# Quadrilha do Planalto pôs Exército no comando da segurança do Rio

Alan Santos - PR



Paulo Liebert - AE

Difícil saber se os chefões que despacham no Planalto decretaram a medida para esconder do “mercado” sua incapacidade de aprovar a reforma da previdência ou se foi para desviar a atenção das Forças Armadas dos crimes palacianos.

O “mercado” é vingativo. Não costuma mandar flores a quem lhe dá o cano.

Quanto aos militares, é certo que estão subordinados a autoridades civis, mas como seres humanos são livres para pensar que a crise de autoridade no Rio de Janeiro é o que se colhe quando a presidência da República e o governo do Estado são ocupados por bandidos cujos crimes aparecem quase todos os dias nos noticiários das televisões.

Não diz o velho ditado que o exemplo vem de cima?

Então, como esperar que policiais desaparelhados e esmagados por atrasos de salário possam combater com eficiência o crime organizado se Temer, Pezão e outros tantos símbolos da impunidade desfilam soltos e assinam decretos mandando os militares fazerem isso e aquilo? **Pág. 3**

**Para general Heleno, corrupção que começa no presidente e políticos é um péssimo exemplo para a polícia**

O general Augusto Heleno Ribeiro afirmou, em debate sobre a intervenção na GloboNews, que “há uma vulgarização nas afirmações de que a polícia do Rio é corrupta”. “Um país onde sua classe política derrete a nação com a corrupção, começando com a cúpula do país, começando com o presidente da República. Você quer que o homem que está lá na ponta da linha, sendo mal pago, com péssimas condições de trabalho” “é fácil convencer esse sujeito a não ceder a determinadas tentações?”, indagou. **Pág. 3**



**Assessor de Lula pagava a obra do sítio com dinheiro da Odebrecht, conta empresário**

O empreiteiro Carlos Rodrigues do Prado afirmou em depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, na segunda-feira, que Aurélio Pimentel (na foto, à esquerda de Lula), então assessor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pagou pela obra do sítio Santa Bárbara, em Atibaia. **Página 3**

**Emprego na construção civil perde 125 mil vagas**

Pág. 2

# Ministros anunciam novo ataque ao país para maquiar o fracasso



Meirelles, Padilha e Dyogo Oliveira durante anúncio da "pauta prioritária"

"Nova pauta prioritária" incluiu 15 projetos que exacerbam neoliberalismo de Temer, alguns já tramitam no Congresso Nacional

Após a reforma da Previdência terido para o vinagre, o governo anunciou na segunda-feira (19) uma "nova pauta prioritária", que inclui 15 projetos na área econômica, exacerbando a política neoliberal de Temer/Meirelles, como a privatização da Eletrobrás (PL 9463) e a autonomia do Banco Central - e também algumas perfumarias que já tramitam no Congresso.

Mesmo sem poder votar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) até 31 de dezembro deste ano, tempo de duração da intervenção no Rio de Janeiro, Meirelles ainda tentou insistir que a reforma da Previdência é "prioritária" e "fundamental".

Segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, a definição da "nova" pauta se deu após a conclusão de que o governo não tinha votos suficientes para aprovar a reforma: "Tivemos que concluir que efetivamente não se poderia iniciar a discussão que nós tínhamos programada para dia 19, a discussão da reforma da Previdência e nem poderíamos encaminhar votação", disse.

A privatização da Eletrobrás, caso seja aprovada, significaria o desmonte total do setor elétrico, estratégico ao desenvolvimento nacional. Desmonte este iniciado no governo Fernando Henrique, continuado nos governos Lula e Dilma/Temer. Um dos principais crimes contra a estatal se deu no governo da sra. Rousseff, com a Medida Provisória 579, forçando uma baixa nas contas de energia, mas jogando o ônus sobre a Eletrobrás. Enquanto isso, as distribuidoras, em sua maioria multinacionais, aumentaram os seus lucros.

O projeto de lei de privatização da Eletrobrás prevê o pagamento da indenização (R\$ 62 bilhões) devida às distribuidoras de energia durante 30 anos, mediante a cobrança de uma taxa extra na conta de luz.

O governo desenterrou a proposta de autonomia do BC, defendida entusiasticamente por Meirelles desde os tempos em que era presidente da instituição no governo Lula. É uma forma de tentar

"acalmar" os bancos - que seriam os principais beneficiários da reforma da Previdência -, que na prática já controla a autoridade monetária. Com a independência, um governo eleito pelo voto popular ficaria impedido de ditar a política monetária e os bancos, sobretudo estrangeiros, ficariam com total controle. Mas, de acordo com o ministro da Fazenda, não há "garantia" de que o texto será aprovado.

A pauta prevê a reforma do PIS/Cofins, fontes de financiamento da Seguridade Social. Para quem alardeia um suposto déficit na Previdência, querer alterar PIS/Cofins é querer rebaixar a receita.

O PL 6621, sobre as agências reguladoras, prevê autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira. Ou seja, ficariam ainda mais livres para servirem de guarda-chuva para os monopólios, em seus respectivos setores.

A pauta prevê ainda Depósitos voluntários no Banco Central (PL 9248); redução da desoneração da folha (PL 8456); Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais (PL 9215); Marco legal de licitações e contratos (PL 6814); o projeto revoga a atual Lei de Licitações e Contratos (8.666/93), a Lei do Pregão (10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC, Lei 12.462/11); Nova lei de finanças públicas (PL 295); Regulamentação do teto remuneratório (PL 6726); Cadastro positivo (PL 441); Duplicata eletrônica (PL 9327); Distrato (PLS 774); Atualização da Lei Geral de Telecomunicações; e Extinção do Fundo Soberano.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que, embora não tenha sido incluído na pauta, o governo pretende adiar o reajuste dos servidores e alterar a alíquota da Previdência dos servidores públicos federais.

Enfim: projetos antinacionais e medidas inócuas não irão tirar o país do buraco em que se encontra pelo simples e bom motivo que os juros reais na estratosfera continuarão pilhando o país.

VALDO ALBUQUERQUE

## Com crise, construção civil brasileira perde mais 125 mil vagas em 2017

Desde o início da recessão em 2014, cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho foram fechados, segundo Sinduscon-SP

Com a crise, a construção civil brasileira perdeu mais 125 mil trabalhadores em 2017, o que representou uma redução de 5,1% de vagas de emprego em relação a 2016.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), José Romeu Ferraz Neto, assinala que chega a 1,3 milhão o número de postos de trabalho encerrados na construção civil no Brasil, desde 2014, quando teve início a recessão no governo Dilma. Para ele, a recuperação do setor passa por investimentos públicos em obras de infraestrutura e na habitação popular.

O número de trabalhadores ainda empregados no setor é de 2,372 milhões no final de 2017, o mesmo nível de 2009.

Os dados são resultado da parceria do Sindicato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em informações do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Organizada em oito segmentos, a pesquisa mostrou, que em 2017, aqueles que sofreram maior queda foram: Imobiliário (-8,15%), Obras de acabamento (-7,23%) e Incorporação de imóveis (-5,37%).

Todas as regiões do Brasil tiveram desempenho negativo, com o número

de demissões maior do que as contratações. Os piores resultados foram observados no Sudeste (-5,73%), com destaque para o Rio de Janeiro (-9,83%) e São Paulo (-6,26%), responsáveis pelos maiores mercados da construção civil principais, e no Norte (-5,56%).

### SÃO PAULO

A construção civil paulista demitiu 43.379 trabalhadores, reduzindo em 6,26% o quadro de 2017, em relação ao ano anterior. O número de trabalhadores empregados ficou em 649.481. Na capital, que responde por 43,09% do total de empregos no setor, a queda em 2017 foi 7,27%.

## Defesa de Lula usa jogo de palavras para burlar a condenação, diz Raquel Dodge

Na segunda-feira (19), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao ministro Edson Fachin, responsável pelos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeite o agravo regimental apresentado pela defesa de Lula, buscando um estranho "reexame de matéria de prova", no processo em que o petista foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex.

Segundo a procuradora-geral, ainda que utilizando o termo "reavaliação", na prática, a defesa do ex-presidente "busca realizar um

jogo de palavras de modo a requerer, na verdade, o reexame de matéria de prova" o que a procuradora considera "inadmissível".

"É inadmissível a interposição de recurso extraordinário para discutir matéria relacionada à ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da prestação jurisdicional, quando a verificação dessa alegação depender de exame prévio de legislação infraconstitucional, por configurar situação de ofensa reflexa ao texto constitucional", diz o documento.

A jurisprudência do STF

"é antiga e firme", afirma Raquel Dodge, no sentido de que um recurso extraordinário somente é permitido quando houver ofensa direta e clara ao texto constitucional.

Segundo a procuradora-geral, o recurso não se aplica no caso do triplex em que Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, na primeira instância, e confirmada no julgamento da segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), Porto Alegre, com farta exposição de provas (documentais e testemunhais), onde a pena de Lula foi aumentada para 12 anos e 1 mês.

## Fundador do PT, Paulo Delgado analisa período nada virtuoso de um "pai brutal"

O ex-deputado federal constituinte, Paulo Delgado, escreveu um artigo, publicado no Estadão no último dia 15, em que aponta como "soberba banal e vitimização" algumas das atitudes do ex-presidente Lula e de seus apoiadores, diante das condenações, crimes e escândalos produzidos pelo líder petista no Brasil, que foi condenado a mais de 12 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

"Ele se amontoa sobre o país. Hiperrealiza seus desejos, usa aliados como escória. Sem alibi, mandou o genro do compadre desqualificar a acusação, e deu errado. Segue trabalhando mal o luto. Um voo tão alto, uma queda tão grande. Revelou-se político de comodidade, tirou vantagem da desonestidade e alega princípios para abafar inconveniências. Chegou ao limite de querer aproveitar da própria decadência", diz Delgado.

O autor usa emprestado o mesmo título do livro de William Faulkner, publicado em 1930, "Enquanto Agoniou". Fundador do PT, Delgado não cita Lula em nenhum momento, mas faz uma análise demolidora do que se passa no PT, na cabeça do ex-presidente e no País. A análise compara o comportamento de Lula ao de

"um pai brutal", personagem de Faulkner, que "impõe a todos um enterro sem fim, não deixando a vida de ninguém fluir sem ter de pensar no seu egoísmo doentio".

"Como numa piada, arrumou advogado na ONU. Sentia-se um país. Não queria mais suar. Botaram na cabeça dele que se é vontade de Deus que as pessoas tenham opinião diferente sobre honestidade não cabe a ele discutir designios divinos. Suas proezas entardeceram e começaram a alimentar uma ordem política incapaz de produzir valores sociais. Vazio, deixou preencher pelo maior valor do mundo moderno, o ouro de tolo, que lambuzo no presente a consequência do futuro", destaca o artigo.

Em outros trechos em que revela o esvaziamento político de Lula, inversamente proporcional aos seus diplomas e medalhas, o fundador do PT critica os autoelogios, a fúria do ex-presidente petista e o enfraquecimento da autoridade, "por seu abuso e o hábito de confundir poder com relação e intimidade".

"Quando a Justiça abriu a porta dos seus transtornos desesperadores, ele já havia caído na mais sedutora armadilha da política atual, o dinheiro fácil, e não quis reconhecer o que fez. [...]

pressupôs que a condição de vítima evitaria o caminho da desmoralização. Ele voltou a suar, como se estivesse espumando, feito um cavalo desembestado, convocou adoradores, dependentes, para a velha modalidade de ação heroica 'camisa de partido, candidatura, comício, farisaísmo' na tentativa desesperada de incinerar a sentença e botar fogo na pavorosa jornada da Justiça de ousar apontar o dedo para quem sempre fez o que quis e nunca foi tão adequadamente contrariado", escreveu Delgado.

Por fim, o ex-deputado federal pelo PT convida a sigla a parar de tratar de forma errada o erro e a reconhecer que o governo petista não foi um período virtuoso. "O período de governo com um presidente deposto, três ex-presidentes da Câmara, senadores e inúmeros ministros de Estado presos ou processados, dirigentes partidários e governadores confinados e envolvidos, a maior empresa do País dilapidada, a autoridade olímpica nacional presa, o bilionário do período encarcerado, a Copa investigada, fundos de pensão arruinados, o BNDES um clube de amigos, grandes empresários condenados, frugal intimidade com ditadores, etc., não foi um período virtuoso", conclui.



## Fachin mantém Bendini preso

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de liberdade apresentado pela defesa de Aldemir Bendine, o executivo preferido do PT. Preso desde julho do ano passado pela operação Lava Jato, Bendine foi presidente da Petrobrás e do Banco do Brasil durante os governos de Lula e Dilma.

Pelos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, o Ministério Público Federal (MPF) pediu recentemente ao juiz Sérgio Moro a condenação de Bendine a 30 anos de prisão - algo equivalente a pena por homicídio. O ex-presidente da Petrobrás é acusado de receber R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht para facilitar contratos entre a empreiteira e a estatal.

Segundo as investigações da 42ª fase da Lava Jato, os valores foram recebidos em três parcelas de R\$ 1 milhão entre junho e julho de 2015.

No pedido de habeas corpus na condição de sua prisão preventiva apresentado ao Supremo e negado por Fachin, Bendine alega - além de que é vítima de perseguição - que o processo ao qual ele responde já teve a instrução - isto é, o ato de anexar provas a um processo em juízo - encerrada, e por isso, não se poderia mais interferir em depoimentos e nem na coleta de provas no caso.

Ao negar o pedido de Bendine, Fachin disse não ter visto "plausibilidade jurídica" nem "possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação" na manutenção da prisão preventiva.

### PETROBRÁS

Durante os governos de Lula e Dilma, Bendine presidiu o Banco do Brasil (de abril de 2009 a fevereiro de 2015) e a seguir a Petrobrás, até maio de 2016.

Foi sob o seu comando durante o governo Dilma Rousseff, em 2015, que o nefasto plano de "desinvestimento" da Petrobrás, iniciado com Graça Foster, foi acelerado. Sob a aparência e a justificativa da necessidade de estancamento das dívidas da estatal, este plano não passa de desmonte da empresa através da venda de ativos até privatizá-la por completo.

Foi de Bendine também a iniciativa de desvalorização dos ativos ('impairment') da Petrobrás, forjando prejuízo bilionário à maior estatal brasileira.

Bendine (ou "Vendine" como é conhecido) anunciou para o biênio 2015-16 o "desinvestimento" de US\$ 15,1 bilhões. Neste processo, ele começou a negociação da privatização da BR Distribuidora, campos da área do pré-sal, como Carcará, e outras subsidiárias da Petrobrás, como a Gaspetro - entregue à japonesa Mitsui no apagar das luzes de 2015), entre outras privatizações concretizadas na gestão de Pedro Parente, outro criminoso que atualmente preside o Conselho de Administração da Estatal.

PRISCILA CASALE



Dilma e Bendine, no comando da Petrobrás

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: horadopovomg@uol.com.br C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
 Redação: fone (11) 2307-4112  
 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
 E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
 E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
 Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
 E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
 E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317  
 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.  
 www.horadopovo.com.br



## Pré-candidato a presidente pelo PPL João Vicente Goulart: “Intervenção no Rio é altamente preocupante”

“A intervenção no Rio não somente é altamente preocupante no sentido de repercussão interna, para a população fluminense, como tem um viés eminentemente político”, afirmou, em entrevista ao HP, o ex-deputado João Vicente Goulart, filho do saudoso ex-presidente Jango e pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL). “Cansada, a sociedade do Rio de Janeiro pode, em princípio, estar tendo uma esperança na intervenção com o intuito de ter pacificado o seu dia a dia”, acrescentou.

“Mas, por outro”, prosseguiu João Goulart, “a população não vê a triste realidade de ter um governador militar imposto nos gabinetes presidenciais, como era feito na ditadura”.

Para o pré-candidato, é muito poder sem garantia de quem haverá um resultado satisfatório. “A subordinação das forças públicas do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, Defesa Civil, sistema penitenciário e até talvez a força da Guarda Municipal. Tudo com poderes de revista, detenção, etc, com força maior que o secretário de Justiça de qualquer Estado para demitir, nomear, transferir delegados, comandante, e determinar áreas de choque, pode trazer ações militarizadas, sem o devido resultado que a população espera”, disse.

João Vicente vê, nesta intervenção, mais um passo de consolidação de um golpe. “Para trazer para dentro do Palácio do Planalto o controle dos cidadãos e da segurança, (podemos até imaginar espionagem legalizada)”, questionou. “A criação desse novo Ministério da Segurança, me parece, é um indicio de uma possível candidatura de Temer, mesmo aos frangalhos no que tange à pesquisa de opinião pública, fazendo das eleições de 2018, uma fraude transvestida de legalidade. É o Brasil “democrático” de hoje que temos que combater”, completou João Vicente Goulart.

## A corrupção e o impacto na democracia

LÉO DA SILVA ALVES (\*)

Ao mesmo tempo em que conta com uma conjunção de fatores para protagonizar um levante moral, o Brasil convive com a sombria perspectiva de novamente ser levado a reboque por eleições desleais, mantendo nas cercanias do poder os mesmos vendilhões do tempo.

O Brasil surgiu ao símbolo de uma cruz fincada no litoral da Bahia e já conta com meio milênio de história. É um tempo razoável para experimentações; foi colônia, império e há mais de um século tenta ser república. Teve guerra com o Paraguai, enfrentou revoluções intestinas, coparticipou do desfecho da Segunda Guerra Mundial e passou por vários golpes de Estado e diversos textos constitucionais. Isso corresponde a um ciclo de tempo maior do que aquele que outros países também percorreram para conquistar a independência, viver epidemias, sofrer com guerras e chegar ao ranking das grandes nações civilizadas e prósperas. Portanto, está na hora de a antiga Terra de Vera Cruz entrar para a confraria dos povos desenvolvidos; ter os seus cidadãos educados, saudáveis, conscientes dos valores éticos; garantir a segurança nas relações jurídicas e conhecer homens públicos que dignifiquem os cargos que ocupam.

Esse passo de liberdade depende da afirmação da democracia, que é um processo que vai além da coleta de votos, sobretudo quando

amealhados por meios fraudulentos. Apresentado em vários espaços como Pátria do Futuro, o Brasil pode ser protagonista no enfrentamento de um fenômeno que é matriz de todos os males: a corrupção, essa patologia social que é a geradora de guerras, de genocídios e elemento que desune as nações. No manual dos aloprados que ascendem ao poder está a tática de criar rivalidades e plantar inimigos imaginários para distrair atenções; o desvio dos recursos dos respectivos Tesouros é a principal causa da fome, da pobreza extrema e da falta de perspectiva para pelo menos três bilhões de pessoas no planeta.

Como o território brasileiro hospeda 50 milhões de criaturas na linha da pobreza e possui 42% das suas crianças de até 14 anos enquadradas nos mais baixos índices sociais da humanidade, impõe-se uma reação que permita reverter essa tragédia humana e, pelo exemplo, legar os sinalizadores da alforria aos demais povos, castigados por igual desfortúnio.

Leia o texto na íntegra no site [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br) ou no link <http://horadopovo.org.br/a-corrupcao-e-o-impacto-na-democracia/>

(\*) Jurista, autor de 45 livros e Embaixador para a Causa da Democracia na Europa e Sul-América, em representação do Instituto Diplomazia Europeia e Sudamericana, com sede na Itália.

## Ciro: intervenção é politiqueria

Para o ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato a presidente pelo PDT, a motivação da intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro é “mesquinha e politiqueria”. “Ninguém duvida: a motivação é mesquinha e politiqueria. Biombo para o fracasso político da malfadada reforma da Previdência que de reforma nada tem,

trata-se de uma aposta irresponsável num centro importante de irradiação política para retirar da absoluta ilegitimidade política um governo caracterizado por uma agenda antipovo, antinacional e pela metastase da corrupção generalizada”, disse, em postagem nas redes sociais. Ler mais no site: [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Greves e pressão do povo barram o assalto de Temer



Intervenção: Temer reuniu os conselhos da República e da Defesa, integrados por investigadores por corrupção, roubo do patrimônio público e lavagem de dinheiro

## Corruptos jogam Exército na fogueira no Rio

Difícil saber se os chefões que despacham no Planalto decretaram a medida para esconder do “mercado” sua incapacidade de aprovar a reforma da previdência ou se foi para desviar a atenção das Forças Armadas dos crimes palacianos.

O “mercado” é vingativo. Não costuma mandar flores a quem lhe dá o cano.

Quanto aos militares, é certo que estão subordinados a autoridades civis, mas como seres humanos são livres para pensar que a crise de autoridade no Rio de Janeiro é o que se colhe quando a presidência da República e o governo do Estado são ocupados por bandidos cujos crimes aparecem quase todos os dias nos noticiários das televisões.

Não diz o velho ditado que o exemplo vem de cima?

Então, como esperar que policiais desparelhados e esmagados por atrasos de salário possam combater com eficiência o crime

organizado se Temer, Pezão e outros tantos símbolos da impunidade desfilam soltos e assinam decretos mandando os militares fazerem isso e aquilo?

Será que a Constituição obriga mesmo os militares a obedecerem criminosos notórios que os mandam tomar o lugar da polícia para dar a impressão de que o governo está agindo em benefício da população desesperada?

Que ninguém se iluda, a impressão será fugaz. Treinados para matar e não para prender, Exército, Marinha e Aeronáutica não vão sair da armadilha maiores do que entraram.

De acordo com o general Eduardo Villas Boas, comandante do Exército, o uso das Forças Armadas do polícia “é desgastante, perigoso e inócuo”. Em junho do ano passado, durante audiência no Senado Federal, o general foi enfático sobre usar o Exército para executar tarefas que são da polícia. “Não gostamos deste tipo de emprego. Não

gostamos”, disse ele, lembrando a intervenção anterior, também no Rio de Janeiro.

“Eu, periodicamente, ia até lá [na favela da Maré] e acompanhava nosso pessoal, nossas patrulhas na rua. E um dia me dei conta. Os nossos soldados atentos, preocupados – são vielas –, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: ‘Estamos aqui apontando arma para a população brasileira’. Nós somos uma sociedade doente. E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos que realmente repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo”, disse o comandante do Exército.

Em comentário numa rede social, o comandante disse que “os desafios enfrentados pelo estado do RJ ultrapassam o escopo da segurança pública, alcançando aspectos financeiros, psicossociais, de gestão e comportamentais”.

S. R.

## General Heleno: “Forças Armadas estão sendo usadas politicamente”

O general Augusto Heleno Ribeiro afirmou, em debate sobre a intervenção no Rio de Janeiro, na GloboNews, no último fim de semana, que “há uma vulgarização nas afirmações de que a polícia do Rio é corrupta”. “Um país onde sua classe política derrete a nação com a corrupção, começando com a cúpula do país, começando com o presidente da República. Você quer que o homem que está lá na ponta da linha, sendo mal pago, com péssimas condições de trabalho, mal armado, mal equipado, é fácil vencer esse sujeito a não ceder a determinadas tentações? Erradas, injustificáveis, mas é fácil? Num país onde os exemplos são péssimos?”, indagou.

O general respondeu a uma pergunta sobre as reais intenções do governo Temer com o decreto

de intervenção. Se ele poderia estar pensando em uma possível disputa nas eleições. O general Heleno disse que “pode ser isso o que está na cabeça dele”. “As Forças Armadas, nós temos consciência disso, de que estão sendo usadas politicamente em diversas oportunidades”, disse. “Mas as FFAA têm um espírito de cumprimento de missão que nós não vamos abrir mão disso. Se recebemos uma missão, nós vamos cumprir. Depois podemos até discutir se era isso mesmo, mas nós vamos cumprir a missão”, garantiu.

“Agora mesmo, na situação de Roraima, as Forças Armadas viraram posto de controle de imigrantes. Isso não tem nada a ver com a missão das FFAA. Controlar imigração e sair carimbando passaporte, não tem nada a ver com a missão das

Forças Armadas. Isso é um uso político das Forças Armadas, mau uso”, observou o general.

“Na nossa opinião, o país tem que ser tratado agora como um paciente que está na UTI. Depois a gente pode usar homeopatia, mas agora é tratar um paciente que está próximo de morrer. Nós estamos prestes a nos transformarmos em um narco país”, afirmou o general. “Para impedir isso, precisamos ter condições de agir. O Exército tem que ter poder de polícia durante essa intervenção, senão nós vamos continuar no mesmo. Se nós não mudarmos o perfil do que está acontecendo no Rio de Janeiro, nós não vamos ter sucesso”, destacou o general.

Ler mais no site [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br) ou no link: <http://horadopovo.org.br/para-general-heleno-para-policia/>

## Assessor de Lula nem discutiu preço da obra do sítio, revelou empreiteiro

O empreiteiro Carlos Rodrigues do Prado afirmou em depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, na segunda-feira (19), que Aurélio Pimentel, então assessor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pagou pela obra do sítio Santa Bárbara, em Atibaia. Ele foi ouvido como testemunha no processo da Operação Lava Jato, que apura se o verdadeiro proprietário do imóvel é o petista.

Segundo o empresário, o então assessor da presidência da República aprovou os valores sem discussão e sem pedir “desconto” em um posto de gasolina próximo à propriedade. “Não teve discussão. Do tipo, ‘ah, isso aqui tá muito caro’. Ou, ‘ah, pode fazer isso mais barato?’”, disse, lembrando que havia pressa para que os trabalhos no sítio fossem concluídos.

Prado acrescentou

que, atendendo solicitação de Aurélio, emitiu as notas fiscais da obra contra Fernando Bittar, filho do amigo de Lula e ex-prefeito de Campinas, Jacó Bittar, que é o dono do terreno segundo consta no registro de imóveis.

De acordo com o Ministério Público Federal, a Odebrecht, a OAS e também o grupo Schahin, com o pecuarista José Carlos Bumlai, gastaram R\$ 1,02 milhão em obras de melhorias no sítio em troca de contratos com a Petrobrás.

O empreiteiro contou ter cobrado R\$ 163 mil para fazer a obra, que envolveu a construção de uma guarita e intervenções num galpão do sítio. Ele afirmou que os valores foram pagos por Aurélio Pimentel em espécie e divididos em quatro vezes.

Carlos Rodrigues do Prado relatou que foi chamado para terminar a obra

pelo engenheiro Frederico Barbosa, ligado à Odebrecht, que o apresentou a Aurélio Pimentel. De acordo com ele, os trabalhos começaram em dezembro de 2010 e tiveram duração de cerca de 30 dias.

“Eu não sabia nem o nome dele (Aurélio). Depois que eu fiquei sabendo que o Aurélio é uma pessoa que negociava ou acertava os negócios da obra. Inicialmente, a única pessoa que eu conhecia lá era o seu Frederico. Esse Aurélio foi quando eu fiz o orçamento, que eu liguei para o Frederico: ‘olha, o orçamento da obra está pronto’. A gente encontrou em um posto de gasolina que tinha lá antes de chegar na obra e encontrei com o Frederico e esse Aurélio. Ele (Frederico) falou: ‘o dono da obra é esse daqui’. Eu passei para ele, eles conversaram lá e a gente começou a tocar a obra”, contou Prado.

## Naufra o ataque do governo às aposentadorias para privilegiar os parasitas do sistema financeiro

O ataque aos direitos previdenciários do povo brasileiro, tão reincidentemente apregoado por todos os canalhas da República – Temer e sua quadrilha, Meirelles, a miuçalha da miuçalha do Congresso, e, inclusive, Lula e Dilma quando no poder (eles somente são contra a “reforma da Previdência” quando estão fora do poder) – teve, na segunda-feira, um enterro de quinta classe, sem choro nem vela e sem fita amarela.

É verdade, isto não quer dizer que não possa sair da cova – mas essa é a luta do povo brasileiro.

O fato é que a tentativa de Temer foi enterrada.

No entanto, nem por isso seu próprio enterro foi menos canalha.

A intervenção no Rio, três dias antes – ou, melhor, no dia útil anterior – àquele marcado para a votação, na Câmara, da proposta do governo contra a Previdência (que seria na segunda-feira, dia 19), significava, como todos perceberam, que Temer & cia. queriam evitar a derrota, porque não tinham como aprová-la, e mudar de assunto. Ou, como dizem os marketeiros do governo, este queria “mudar de pauta”.

O que significava desconversar e arrumar um factóide.

O que arrumaram foi pior que a derrota no Congresso: um desastre, uma fuga com o calcanhar batendo no traseiro, debaixo de pau, tentando manipular as Forças Armadas numa aventura demagógica e sem futuro, para não resolver problema algum, do Rio de Janeiro e do Brasil – e agravando vários, até mesmo com tentativas hitleristas, como o infame “mandado coletivo de busca, apreensão e captura”.

Como disse o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, da força-tarefa da Operação Lava Jato, “não existem mandados de busca coletivos em endereços genéricos”. Muito menos um mandato de captura sem identificar quem deve ser capturado. Se as leis permitissem isso, seria possível prender uma favela inteira – apesar dos moradores das favelas, em sua maioria, serem trabalhadores, empregados ou desempregados. Ou seria possível a prisão e busca em casas, baseadas em características étnicas – a cor da pele, por exemplo.

O Código de Processo Penal, em seu artigo 243, determina que o mandado de busca deverá designar “o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem”.

### COMANDANTE

O que, aliás, é óbvio. Com uma razoável dose de ironia, comentou o procurador Carlos Fernando: “É preciso deixar claro ao senhor Presidente da República, conhecido constitucionalista, os limites do estado de direito”.

Porém, segundo o ministro da Defesa de Temer, Raul Jungmann, os “mandados coletivos” são necessários porque “na realidade urbanística do Rio, você muitas vezes sai com a busca e apreensão numa casa, numa comunidade, e o bandido se desloca”.

Ou seja, como o bandido não colabora, ficando parado, o ministro acha que o mandado tem de ser estendido ao bairro inteiro. Até hoje, o fato dos bandidos se deslocarem jamais tinha provocado tal necessidade – até porque existe a prisão em flagrante.

Acima, dissemos que o mandado coletivo era uma tentativa hitlerista. Vamos corrigir: trata-se de coisa dos três patetas. Mas revela a mentalidade da quadrilha que está no governo. A intervenção no Rio não revela qualquer preocupação com os problemas de segurança pública, até porque, se eles tivessem tal preocupação, teriam de renunciar e se entregar à polícia e à Justiça, para pagar por seus crimes. O que são Temer, Padi-

lha, Moreira – ou o recolhido Geddel – senão criminosos que esperam punição?

O comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, está inteiramente certo ao dizer que “os desafios enfrentados pelo estado do RJ ultrapassam o escopo da segurança pública, alcançando aspectos financeiros, psicossociais, de gestão e comportamentais”.

É conhecida a posição do general Villas Boas sobre o uso do Exército no papel que deveria ser da polícia: “Não gostamos deste tipo de emprego. Não gostamos”, disse ele, em depoimento no Senado, no ano passado, lembrando a intervenção anterior, também no Rio de Janeiro:

“Eu, periodicamente, ia até lá [na favela da Maré] e acompanhava nosso pessoal, nossas patrulhas na rua. E um dia me dei conta. Os nossos soldados atentos, preocupados – são vielas –, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: ‘Estamos aqui apontando arma para a população brasileira’. Nós somos uma sociedade doente. E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos que realmente repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo”.

### BURLA

Na sexta-feira, Temer declarou que “quando a reforma da Previdência estiver para ser votada, eu farei cessar a intervenção. No instante que se verifique que há condições para votação, farei cessar a intervenção”.

Trata-se de algo completamente ilegal. Como disse um jurista, trata-se de uma burla à Constituição: “havendo intervenção federal o Congresso fica impossibilitado de continuar tramitações e deliberar sobre Propostas de Emenda à Constituição (...) Quanto ao segundo ponto da declaração [de Temer] que aduz a possibilidade de cessação da Intervenção para votação de PEC, tal conduta é vedada pela própria Constituição Federal (...) seria uma nítida burla inconstitucional a suspensão ou cessação da Intervenção Federal para a votação de qualquer PEC durante a vigência daquela” (cf. André Luiz Maluf, “Intervenção federal: consequências jurídicas e institucionais”, Jota, 19/02/2018).

Assim, o texto aprovado na madrugada de quinta-feira pela Câmara, por 340 a 72 votos, estabelece como prazo da intervenção no Rio de Janeiro, o dia 31 de dezembro deste ano. Portanto, até lá, estão proibidas, pela Constituição, a tramitação e a votação de emendas constitucionais – tal como era o ataque de Temer à Previdência Social.

O que acontecerá agora?

Segundo diziam esses ladrões, o país iria acabar se não fosse aprovada a sua “reforma da Previdência”. Nossos leitores – e todo o povo brasileiro – não precisam de que nós os avisemos que o país não vai acabar porque eles não conseguiram aprovar o assalto às aposentadorias e pensões dos trabalhadores.

Afinal, foi, precisamente, devido ao repúdio do povo – que, há muito, jamais esteve tão unido em torno de uma questão – que esse assalto não passou. Em nossa página 5 desta edição, fizemos uma breve retrospectiva da luta em defesa da Previdência – que, como toda grande luta, teve seus heróis e seus traidores.

Não tenhamos dúvida: essa camarilha de vagabundos, de parasitas que se cevam com os recursos do povo, tentará outra vez – provavelmente, outras vezes – se apropriar do dinheiro que os brasileiros reservam e pagam para garantir, na idade madura, as suas aposentadorias. Mas isso não diminui a vitória de agora. Significa, apenas, que a luta não terminou – e terá que ser decidida com a escolha de um governo e de um Congresso identificados com o povo e com o Brasil.

CARLOS LOPES

# SP: Empreiteiras são condenadas por fraude em licitação do Metrô

Empresas agiram como “donas da obra pública e decidiram com qual parte da obra ficariam”. O ex-presidente do Metrô-SP também foi condenado

**P**ela fraude na licitação para a construção da Linha 5-Lilás (Largo 13 à Chácara Klabin), em São Paulo, em 2010, a 9.ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no último dia 15, condenou as empreiteiras OAS, Galvão Engenharia, Serveng, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Heleno, Carioca, Cetenco, Queiroz Galvão, Triunfo, CR Almeida e Consbem, a pagar uma multa de R\$ 326 milhões, corrigidos desde 2011 e estão proibidas de prestar serviços para o poder público, de receber incentivos fiscais ou de crédito por cinco anos.

Na decisão da juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, aponta que os réus “agiram como verdadeiros donos da obra pública e decidiram, muito tempo antes da entrega e abertura dos envelopes, com qual parte da obra ficariam e, para tanto, apresentaram para o lote desejado a proposta com valor aproximado ao indicado no orçamentado do Metrô e, para os demais lotes que não tinham interesse, valor superior para que não sássem vencedores”. Ela também homologou o acordo de colaboração premiada firmado pela Camargo Corrêa com o Ministério Público de São Paulo.

Sobre a multa, Simone Casoretti detalhou que a devolução dos valores pagos pelo Poder Público seria impossível, pois as obras já foram concluídas, por isso, viu a outra penalidade como uma alternativa razoável. “A melhor solução é acolher o pedido subsidiário e condenar os réus no pagamento do prejuízo suportado pelo Metrô, com incidência de correção monetária desde a data do estudo (setembro de 2011), pelos índices de atualização monetária da Tabela do E. TJ-SP”, afirmou.

Sérgio Avelleda, atual secretário municipal de Transporte da gestão João Doria (PSDB) e ex-presidente do Metrô de São Paulo foi condenado à perda de função pública e suspensão de direitos políticos pelo prazo de cinco anos por improbidade administrativa.

Especificamente sobre Avelleda, a juíza, afirmou que ele, pela posição que ocupava na época dos desvios, demonstrou “menosprezo aos valores do cargo e concordância com a ilicitude do certame”. Esse ato, disse, é suficiente para configurar improbidade administrativa. “Como Diretor Presidente do Metrô [...] deveria ter tomado as medidas necessárias para evitar a continuidade da fraude [...] Ora, se na qualidade de Diretor-Presidente do Metrô o réu nada poderia fazer para interromper ou suspender as contratações, qual o motivo da

existência de tal função no organograma da empresa?”, criticou a Simone Casoretti.

## DENÚNCIA

A investigação do esquema começou em outubro de 2010, após reportagem do jornalista Ricardo Feltrino publicada na Folha de S.Paulo. Ele afirmou em seu texto que, em abril daquele ano, já tinha sido informado sobre os vencedores da licitação para construção da Linha 5-Lilás. A licitação ocorreu e foi mantida por Avelleda, mesmo com a publicação da notícia.

O vencedor foi o Consórcio Construcap/Constran. O MP-SP, então, recomendou que o certame fosse anulado e então promovida uma nova concorrência, mas o pedido não foi atendido. A recusa foi o que motivou o pedido do órgão à Justiça para que o resultado da concorrência fosse desfeito.

A Camargo Corrêa, confirmou e esquema e sua participação inclusive, a empreiteira confessou os crimes para firmar acordo de colaboração com o MP-SP. Disse a empreiteira que agiu em conluio com a Andrade Gutierrez, a OAS e Odebrecht (que não foi condenada) e a Queiroz Galvão. As outras companhias condenadas foram contratadas subsidiariamente para a execução da obra.

## SERRA

As gestões de Serra a frente do governo de São Paulo são marcadas por escândalos de corrupção. Recentemente, em depoimento, ex-executivos das construtoras OAS e Andrade Gutierrez à Polícia Federal, disseram que pagaram propina por contratos do Rodoanel para a campanha do tucano José Serra para ao governo do estado de São Paulo em 2006.

O ex-diretor da OAS Carlos Henrique Barbosa Lemos e o ex-presidente da Andrade Gutierrez Flávio David Barra disseram que as empreiteiras criaram um “grupo de trabalho” que ajudou a elaborar o edital do Rodoanel Sul. Segundo os depoentes, as empreiteiras Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa pagaram propina para José Serra, do PSDB, em troca de contratos superfaturados no Rodoanel.

Lemos informou também que Paulo Vieira Sousa, conhecido como “Paulo Preto” e apontado no inquérito como “pessoa próxima ao então governador José Serra”, na época diretor de engenharia da Dersa, também exigiu que as empresas efetuassem o pagamento a título de formação de caixa de campanha no valor de 0,75% sobre cada faturamento recebimento da Dersa.

## Segovia presta esclarecimentos a Barroso por declarações sobre inquérito de Michel Temer na PF

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, compareceu à intimação do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), para prestar explicações sobre as declarações dadas em entrevista à agência de notícias Reuters, no último dia 9.

Na entrevista, Segovia disse não haver indício de crime de Michel Temer (PMDB) na investigação que indica favorecimento de empresas no porto de Santos (SP), por meio de um decreto em troca de propinas, e que a investigação pode ser arquivada em pouco tempo. O inquérito está sob responsabilidade de Barroso no STF.

Barroso afirmou, ao intimar o diretor-geral da PF, que a fala do diretor “é manifestamente imprópria e pode, em tese, caracterizar infração administrativa e até mesmo penal”. Ele afirmou que o delegado responsável pelo inquérito,

Cleyber Lopes, deve ter “autonomia para desenvolver o seu trabalho com isenção e livre de pressões” e ressaltou que este ainda não apresentou um relatório final.

Segovia, disse, em esclarecimento, que “em momento algum pretendeu interferir no andamento do inquérito, antecipar conclusões ou induzir o arquivamento”, e que não teve a intenção de ameaçar com sanções o delegado encarregado, tendo sido mal interpretado. O diretor-geral se comprometeu a não fazer mais qualquer manifestação pública sobre as investigações contra Temer.

O diretor da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandar Félix de Paiva, falou que Segovia está “abalado” e “abatido” e que o esforço agora é para manter a credibilidade da Polícia Federal.



Entrega da linha que teve a licitação fraudada foi prometida para 2014

## Governo recua de mandato de prisão coletivo

O governo federal recuou do anúncio, feito no início da última segunda-feira (19), de que pediria mandados de prisão coletivos na intervenção Federal no Rio de Janeiro. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, anunciou a medida depois de uma reunião, convocada por Michel Temer no Palácio da Alvorada, com parlamentares e representantes dos conselhos da República e da Defesa Nacional.

Segundo o ministro, a medida seria necessária porque “na realidade urbanística do Rio de Janeiro, você muitas vezes sai com uma busca e apreensão numa casa, numa comunidade e o bandido se desloca. Então, você precisa ter algo que é, exatamente, um mandato de busca e

apreensão e captura coletivo, que já existiu, que já foi feito em outras ocasiões, ele precisa voltar para uma melhor eficácia do trabalho a ser desenvolvido [...] Em lugar de você dizer rua tal, número tal, você vai dizer digamos uma rua inteira, uma área ou um bairro”.

A Defensoria Pública do Rio, que no ano passado mandou suspender um mandato coletivo que autorizava a polícia a entrar em qualquer casa na comunidade do Jacarezinho, considera o mandato uma grave violação do direito dos moradores.

Carlos Fernando dos Santos Lima, procurador da Lava Jato em Curitiba, criticou o governo em sua página no Facebook: “Imaginem um mandato de busca e apreensão genérico no setor de mansões em Brasília para combater a corrupção. Não dura

duas horas antes do STF cassar. Se não vale para ricos, não vale para pobres”.

A noite, Jungmann recuou, e disse que “na verdade, o mandato coletivo é de busca e apreensão. [Ele] é feito pelas Forças Armadas e só é feito a partir de uma ordem judicial e acompanhado pelo Ministério Público”.

O ministro da Defesa afirmou, ainda, que homens das Forças Armadas, agentes da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança estão no Rio para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) instituídas em julho do ano passado, e que a intervenção é político-administrativa e não implica necessariamente no uso das Forças Armadas.

## MP investiga folga e omissão de Crivella durante o Carnaval do Rio de Janeiro

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) abriu investigação que apura improbidade administrativa por parte do prefeito Marcelo Crivella (PRB), que realizou uma excursão pela Europa durante o Carnaval. O MP questiona a omissão do prefeito durante o maior evento realizado na capital fluminense.

Para o MP-RJ, não foram tomadas as medidas necessárias para que o maior evento da cidade acontecesse da melhor forma possível. Segundo Crivella, a viagem teria sido oficial, entretanto, o MP aponta que não houve qualquer autorização ou comunicação para que o passeio tivesse este caráter.

“Não se trata de viagem para fins funcionais tendo por finalidade o simples afastamento da autoridade máxima do executivo municipal da cidade durante o período do carnaval”, destaca o parecer do MP.

De acordo com a promotora, por não ter recebido autorização da Câmara Municipal, Crivella feriu a lei Orgânica do município que, em seu artigo 106 diz: “O Prefeito residirá no

território do Município. § 1º - O Prefeito não poderá ausentar-se do Município por mais de quinze dias consecutivos, nem do território nacional por qualquer prazo, SEM PREVIA AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, SOB PENA DE PERDA DO MANDATO. (...)”

“A conduta do prefeito e a viagem se inserem num contexto mais abrangente até do que esse. Um contexto no qual a gente tem o chefe máximo do Executivo municipal assumindo uma postura que se distancia da sua responsabilidade de valorização do patrimônio imaterial da cidade, considerado o carnaval como sendo parte desse patrimônio imaterial”, explicou a promotora Liana Barros Cardoso.

O presidente da Riotur, Marcelo Alves também está sendo investigado no inquérito por omissão e mau planejamento das ações da empresa durante o evento.

A população do Rio enfrentou diariamente durante o carnaval, inúmeras falhas relacionadas à limpeza urbana, deterioração de equipamentos

urbanos, falta de segurança, falta de atendimento médico, entre outros pontos que não tiveram um planejamento e/ou execução eficiente para a totalidade da população.

Falhas essas que, para o MP, “violam direitos e garantias fundamentais da população e de turistas, expostos à desordem e ao caos urbano, em razão de planejamento e execução ineficientes, gerando danos morais de ordem coletiva”.

O prefeito Marcelo Crivella, desde que assumiu seu mandato no início de 2017, passou 36 dias em viagens internacionais, sendo em nove países e três continentes. Na última delas, durante o carnaval, o prefeito foi para a Alemanha, Suécia e Áustria, dizendo que estava em busca de novas tecnologias para a cidade do Rio de Janeiro.

Nem o mais forte temporal já registrado pelo Centro de Operações da Prefeitura no Rio, que causou quatro mortes e deixou 2 mil pessoas desalojadas na última quinta-feira (15) mudou os planos do prefeito, que só retornou ao Rio de Janeiro no sábado (17).

## Após novo desabamento, Justiça interdita ciclovia construída pela Odebrecht no Rio

A Justiça Federal do Rio de Janeiro interditou todo o trajeto da ciclovia “Tim Maia”, depois do desabamento de um novo trecho na semana passada. A obra, realizada pela empreiteira Odebrecht, durante a gestão de Eduardo Paes (PMDB), já sofreu um desabamento em abril de 2016, apenas três meses depois de sua inauguração.

O novo desabamento ocorreu em um trecho de 30 metros da ciclovia na praia de São Conrado, durante a forte chuva que deixou a cidade em estado de crise durante a madrugada da última quinta-feira (17). De acordo com a decisão da juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro, a ciclovia só será reaberta após a realização do licenciamento ambiental.

A procuradora Solange Maria Braga Dias,

autora do pedido, enfatizou: “A ciclovia é muito utilizada e, só por sorte, ou por Deus não houve feridos ou novas fatalidades, pois o Serviço de Alerta do Município não funcionou para fazer o fechamento prévio da ciclovia como deveria, sendo que o trecho só foi interditado uma hora após o desabamento”.

A construtora Odebrecht

é a empresa responsável pela ciclovia Tim Maia, e é a segunda vez que um trecho desaba desde o dia de sua inauguração em janeiro de 2016. No dia 21 de abril do mesmo ano, outro trecho da ciclovia, entre o Vidigal e São Conrado, na zona sul, desabou matando duas pessoas. O trecho segue interditado por tempo indeterminado.



Desabamento do trecho ocorreu após chuva



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

## Crime e castigo

Os deputados que pretendem votar a reforma de Meirelles, já tomaram também suas precauções? Sim, porque Henrique Meirelles já as tomou há muito tempo. Desde que era presidente do Banco Central. É conhecida de todos a paranoia de Henrique Meirelles com sua segurança; vai desde carro blindado, seguranças particulares além dos oficiais, colete à prova de bala, capacetes, comida caseira, exame toxicológico da água, etc. Eu nunca ouvi falar que o cidadão brasileiro nutra algum ódio pelo Sr. Meirelles, entretanto ele deve supor que o cidadão tenha motivos de sobra para isso, tais as perversidades que ele fez, faz e planeja fazer contra o cidadão brasileiro. Ele tem plena consciência que o que está fazendo é criminoso tanto contra o trabalhador brasileiro como contra a economia brasileira. Não haverá crescimento, é mentira do Meirelles e ele sabe disso, daí sua paranoia com segurança, mas ele pode a qualquer momento fugir para os EUA, a verdadeira pátria dele, e os demais como ficam? Caso os brasileiros resolvam fazer justiça com as próprias mãos, os governantes brasileiros não podem reclamar de violência, pois foram eles próprios que abriram o precedente, propondo medidas impiedosas e drásticas que levam fatalmente à morte e ou ao medo da morte, dos brasileiros e de seus familiares, e sem nenhuma razão, apenas para satisfazer interesses escusos que representam e esperam lucrar com eles.

Francisco J. D. Santana – Salvador, BA

## Passeio

Sobre a questão da Venezuela, será que Temer foi até a fronteira com o país para mostrar solidariedade aos 40 mil imigrantes venezuelanos? Está preocupado com os seus miseráveis brasileiros? Não parece. Ademais, senhor presidente, o seu patrão, o Leão do Norte, Senhor das Guerras e da miséria, tem, também, mais de 40 milhões de miseráveis. Será que eles estão preocupados com os 12 milhões de miseráveis da Venezuela? O que eles querem é o petróleo venezuelano a custo zero para se enriquecer ainda mais e levar o povo da Venezuela à miséria.

César Cantu – por correio eletrônico

**Nota da Redação:** É verdade, leitor. Agora, não chame os EUA de “leão do Norte”, porque o povo de Pernambuco – este, sim, o Leão do Norte, desde os tempos de Duarte Coelho – pode se ofender.



## 40 mil já atravessaram a fronteira

### Sem auxílio, imigrantes venezuelanos vivem nas ruas e praças de Roraima

Nos primeiros 45 dias deste ano, mais de 18 mil venezuelanos cruzaram a fronteira do estado de Roraima, e apenas 3,5 mil retornaram ao seu país. Em Paracáima, cidade fronteiriça, por dia entram 600 imigrantes e, de acordo com dados da prefeitura de Boa Vista, já são mais de 40 mil venezuelanos vivendo na capital do estado, o que representa mais de 10% dos seus 330 mil habitantes.

Roraima está recebendo um grande fluxo de venezuelanos desde 2015. A crise política, econômica e social do país trás pessoas fugindo da fome, falta de emprego, da hiperinflação, falta de serviços de saúde. Três dos quatro abrigos do estado estão lotados, e há milhares de venezuelanos em situação de rua. Em dezembro, o estado decretou situação de emergência.

A maior parte dos venezuelanos que entram por Paracáima vai para Boa Vista e enfrenta um deslocamento difícil, parte dos imigrantes percorre a pé os mais de 200 quilômetros até a capital.

“Famílias com crianças pequenas fazem o trajeto caminhando durante dias em uma estrada perigosa, já que muitas vezes não há acostamento. O táxi-lotação cobra cerca de 50 reais, o que é muito para quem chega sem dinheiro, fugindo da fome”, explica Camila Asano que é membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CDNH) e participou no fim de janeiro de uma missão para avaliar a situação dos da acolhida dos imigrantes venezuelanos em Roraima, Pará e Amazonas.

Para Camila, o governo federal demorou muito para assumir a responsabilidade frente ao fluxo de imigrantes venezuelanos. “A gestão migratória é de competência federal. Espero que eles não foquem tanto nesta questão de controle de segurança, a prioridade é a questão humanitária. O importante é conseguir que esses imigrantes consigam se inserir na sociedade”, explica.

## TEMER

Michel Temer foi recebido com muitas vaidades durante uma visita à sede do governo estadual de Roraima, no último dia 12. Um grupo com cerca de 100 manifestantes pediu a saída de Temer e se manifestou contra a privatização da Eletrobrás, as reformas trabalhista e previdenciária.



“Fala de diretor da PF foi imprópria”, disse Barroso

# Mobilização popular enterra PEC do roubo à Previdência



Ocupação de Brasília, Greve Geral e pressão sobre deputados contra as reformas de Temer deram fim a plano do governo de roubar as aposentadorias

Paulo Lopes/Futura Press

## CPI da Previdência desmascarou mentira e foi chave para derrota do projeto, diz Cobap

Entre as principais ações para barrar o avanço da PEC do assalto à Previdência foi a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal. A CPI foi conquistada com a mobilização da Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) junto aos parlamentares e demonstrou que na Previdência Social não havia rombo, mas sim roubo. Para Warley Martins, presidente da Confederação, a CPI foi determinante para impedir o assalto.

O relatório com 253 páginas, aprovado por unanimidade pelos Senadores, concluiu que não existe déficit nas contas da Previdência Social, e afirmou que o sistema previdenciário era superavitário. “Ao longo deste relatório é possível verificar a inconsistência de dados e de informações anunciadas pelo Poder Executivo, que desenharam um futuro aterrador e totalmente inverossímil. As projeções do Governo levam em conta um envelhecimento da população



Warley Martins, presidente da Confederação

exagerado, ao passo que consideram um crescimento do PIB muito abaixo da média histórica nacional. Tais falhas exacerbam a previsão futura de necessidade de financiamento do RGPS [Regime Geral da Previdência Social], o que não condiz com a realidade dos fatos”, concluiu a CPI.

Os protestos realizados pela entidade em cada canto do país, as blitz em aeroportos para pressionar parlamentares a votarem não à reforma, a Romaria que reuniu mais de dois mil a aposentados na Basílica Nossa Senhora de Aparecida no interior de São Paulo, entre outras atividades, demonstraram ao

parlamento brasileiro que os aposentados não iriam ficar inertes ao assalto organizado por Temer e sua quadrilha à aposentadoria dos trabalhadores.

Para Warley, a suspensão da votação da reforma da previdência, que ocorreria esta semana, é a confirmação de que o governo não tinha os votos suficientes para passar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC). “Os deputados foram avisados pelos aposentados e trabalhadores. Se eles votassem a favor da reforma, seriam ‘crucificado’ nas urnas. Pois a população brasileira é contra a reforma da previdência”, declarou Warley.

## Sindicato irá à Justiça contra demissões e privatização da Eletrobras no Amazonas

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas (STIU-AM) vai recorrer à Justiça do Trabalho para impedir demissões em massa que a Eletrobras Amazonas Distribuidora pretende realizar nos próximos meses devido ao processo de privatização da estatal.

De acordo com o advogado da entidade, Roberto Cabrera, a ação ainda não foi apresentada porque o sindicato vai se reunir com o Ministério Público do Estado (MP-AM) para verificar se realmente houve

uma recomendação em relação aos funcionários não concursados. “Estamos com tudo pronto. Estamos esperando um ofício para saber se procede ou não. Caso proceda, vamos entrar com outra linha de defesa”, assegurou.

O sindicato pretende também entrar com um pedido de liminar na Justiça Federal, após o lançamento do edital de privatização que está previsto para março, para suspender o processo de privatização.

Para o presidente do Sindicato, Edney Martins, a desestatização terá

impacto sobre o interior do Amazonas e os bairros periféricos da capital. “Os bairros da periferia sofrem apagões e o interior do Estado do Amazonas, por não garantir retorno ao investimento dos investidores, não terá mais investimento nenhum e a tendência é que o interior apague”, disse. O Polo Industrial de Manaus (PIM) também será afetado, segundo Martins. “Tendo em vista que vai aumentar o custo da energia para a indústria e diminuir a qualidade do serviço”, explicou o sindicalista.



## Deputado foi ao STF contra a PEC Faria de Sá: ‘Praga de aposentado pega’

O deputado Arnaldo Faria de Sá e o senador Paulo Paim entraram com um mandato de segurança, com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), para proibir qualquer tramitação de emenda constitucional na Câmara dos Deputados e no Senado enquanto estiver em vigor a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.

Para Arnaldo Faria de Sá, os representantes do mercado financeiro dentro do Congresso insistem em votar a reforma previdenciária. “Temer faz o jogo escancarado do mercado, a reforma trabalhista é a terceirização de tudo. Mas o governo tem que aprender uma coisa, praga de aposentado pega”, disse o parlamentar que continuou: “Quem ganha com essa reforma é só o mercado. O patrão desse governo é o mercado”, denunciou Faria de Sá.

O deputado explica que a liminar tem intenção de preservar a “garantia da integridade da Constituição e do processo legislativo de emenda constitucional, conforme imperativo máximo do §1º do art. 60 da Carta Magna, em razão dos atos e pronunciamentos oficiais das autoridades coatoras que revelam justo receio de dano irreparável ao direito líquido e certo do povo brasileiro, exercido por meio de seus representantes eleitos direta e democraticamente, de garantir a estabilidade e integridade da Constituição, do pacto federativo e da democracia”.

## HP ESPORTES VALDO ALBUQUERQUE



## Atacante foi mais uma vez decisivo Gabigol marca e o Santos vence o clássico San-São

O atacante Gabriel foi mais uma vez decisivo, marcando o terceiro gol em três jogos. Após passe de Eduardo Sasha, marcou um belo gol que selou a vitória do Peixe contra o Tricolor, no Morumbi. O Alvinegro praiano foi a 14 pontos e segue na liderança do Grupo D com 14 pontos. Já o São Paulo, com 10 pontos, segue na ponta do Grupo B, por critério de desempate.

O resultado, no entanto, não refletiu o jogo. O São Paulo foi nitidamente superior, principalmente no primeiro tempo e só não marcou por falta de pontaria de seus atacantes e pela boa atuação do goleiro santista Vanderlei.

No segundo tempo, o técnico Dorival Junior mandou a campo Valdivia, Brenner e Trélez, mas as alterações não surtiram efeito e o Tricolor perdeu mais um clássico.

Na segunda, o Corinthians ficou apenas no empate em 1 a 1 com o RB Brasil, em Campinas, com direito a um bizarro gol contra do lateral esquerdo Juninho Capixaba.

O Timão vinha de duas derrotas e entrou pressionado em campo. O zagueiro do RB Tiago Alves marcou contra. Capixaba, de cabeça, cobriu Cássio e igualou o marcador. O juiz Vinícius Furlan anulou um gol de Rodriguinho alegando falta de Emerson Sheik. O Timão está na liderança do Grupo A, com 13 pontos.

Bahia – No chamado clássico da paz, com torcida mista, o Ba-Vi terminou em pancadaria e foi encerrado aos 34min da segunda etapa com o placar em 1 a 1. O Vitória teve cinco jogadores expulsos e o Bahia, quatro. A confusão começou após a comemoração do atacante do Bahia Vinícius, que comemorou o seu gol de empate com a dança do créu, em frente à torcida do Vitória. O goleiro Fernando Miguel foi tirar satisfação e teve início a pancadaria. Pelo Regulamento Geral de Competições da CBF, o Bahia foi declarado vencedor pelo placar de 3 a 0.

## Protestos barraram tentativa de Temer de meter a mão no dinheiro do trabalhador

O governo Federal foi obrigado, nesta segunda-feira, 19, a suspender oficialmente a discussão sobre a reforma da Previdência. Sem os 308 votos necessários para aprová-la, depois da imensa pressão popular, com duas greves gerais e mais uma a caminho, e ainda quebrando recordes de impopularidade, o anúncio do engavetamento deu crédito à intervenção de segurança no Rio de Janeiro.

Embora seja um fato de que em casos de estado de sítio – como é o cenário de intervenção no Rio – qualquer Proposta de Emenda à Constituição (PEC), inclusive nas comissões temáticas, deve ser suspensa, porque assim manda a própria Constituição, é forçoso reconhecer que as tentativas de Temer, Meirelles e sua trupe de aprovar o ataque à Previdência vinham sofrendo derrota atrás de derrota.

O projeto foi parido ainda em 2016, tendo sido enviado ao Congresso Nacional no dia 5 de dezembro. Nesta versão, a PEC estipulava que seriam necessários 49 anos de contribuição ao INSS para a aposentadoria integral, com mínimo de 25 anos de contribuição para ter acesso ao benefício (com cortes), fim da diferença entre regimes público e privado, bem como rural e urbano, além da cereja do bolo: homens e mulheres precisariam ter, no mínimo, 65 anos para adquirir direito a se aposentar.

O absurdo foi tão grande que em pouco tempo o movimento popular dos trabalhadores e diversas parcelas da sociedade construíram algumas das maiores mobilizações populares da história do país. Houve a greve geral em 15 de março, a Greve Geral de 28 de Abril, a maior já realizada no Brasil, e o Ocupa Brasília, em que mais de 200 mil trabalhadores tomaram as ruas da capital federal em 24 de maio. O movimento vinha sendo organizado pelas centrais sindicais em conjunto com movimentos dos servidores públicos, e entidades como a Cobrapol (Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis), a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos).

“No dia 30 de Junho foi a mesma coisa, paralisamos de novo o Brasil. Apesar da sabotagem de alguns setores do movimento sindical”, relembra o presidente da CGTB, Ubiraci Oliveira. “Se não fosse por isso teríamos barrado também a reforma trabalhista. Mas estamos impedindo na Prática que ela se viabilize, os trabalhadores estão se mobilizando nas campanhas salariais para impedir que ela se torne realidade. Agora derrubamos a reforma da Previdência!”, completou o dirigente.

### ALTERAÇÕES

Frente às mobilizações dos trabalhadores contra a PEC da Previdência, além da rejeição geral por parte de toda a população, o governo começou a

alterar os pontos de suporte da reforma até o formato em que se encontrava agora: o aumento de idade (65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres) e do tempo de contribuição (40 anos para ter acesso a aposentadoria integral).

Em mais uma desesperada tentativa de convencer a população de que a reforma era inevitável, que sem ela o país quebraria em alguns anos, o governo gastou mais de R\$ 100 milhões em propagandas mentirosas, que propagavam os dados alterados de Meirelles e seus capangas, e ainda botava a culpa para o suposto déficit da previdência nos funcionários públicos, dizendo que o corte dos benefícios “acabaria com privilégios”.

A mentira foi tanta que a Justiça suspendeu a veiculação da propaganda. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) apresentou uma ação denunciando que as peças não eram de cunho educativo, como manda a Constituição, e apresentavam mensagem “inverídica” sobre as mudanças nas regras de aposentadoria. Ao analisar o caso, a juíza Rosimayre concordou com a entidade, destacando que, na propaganda, o governo promove “desqualificação de parte dos cidadãos brasileiros”, em referência aos servidores públicos.

### CPI

A situação é ainda mais absurda porque durante todo o ano esteve em tramitação, graças à ação da Cobap, a CPI da Previdência. A comissão realizou 31 audiências públicas e ouviu 140 depoimentos: autoridades, dirigentes de entidades, empresários, membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas e professores. E concluiu, em outubro de 2017, que não há déficit e os dados propagados pelo governo são errados e imprecisos. “Permitir que essa reforma aconteça é contra a possibilidade de os nossos filhos poderem se aposentar”, afirmou o presidente da CPI, o senador Paulo Paim (PT-RS).

Para além do déficit, a CPI revelou que o governo é cúmplice das empresas devedoras da Previdência, sem cobrar valores devidos, perdendo dívidas e permitindo parcelamentos a perder de vista. Além disso, os recursos previdenciários sofreram significativas apropriações por parte da União, com a criação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) que redirecionou parte significativa dos recursos próprios da previdência para outros fins – notadamente o pagamento de juros.

Com tantas e absurdas mentiras, além dos mais sólidos argumentos por parte dos setores que defendiam a previdência pública, nenhum deputado que votasse essa reforma teria qualquer chance de se reeleger sequer a síndico de prédio. Restou agora ao governo sair de fininho e arrumar um pretexto para sua derrota.

ANA CAMPOS

## Trabalhadores em greve no dia 19 pararam fábricas e transporte

Em meio ao recuo do governo em relação à votação da reforma da Previdência, diversas categorias mantiveram as mobilizações e greve marcadas para o último dia 19, sepultando de vez a PEC 287.

Durante a manhã do dia 19, no Vale do Paraíba, no interior de Paulista, os metalúrgicos realizaram manifestações nas montadoras na Volkswagen e Ford (em Taubaté), na General Motors (em São José dos Campos) e na Chery, em Jacareí. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá, “neste Dia de Luta, de norte a sul do Brasil, os trabalhadores estão mostrando que não aceitam a reforma da Previdência”.

No centro da capital paulista, cerca de 10 mil professores da rede municipal de ensino realizaram manifestação contra a reforma da Previdência proposta por Temer e contra o projeto de reforma da Previdência municipal (PL625) que tramita Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Segundo o presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação (SINPEEM), Claudio Fonseca, “esta luta contra as reformas não é somente do SINPEEM. É uma luta de todo o funcionalismo e dos trabalhadores em geral”. Motorista e cobradores de ônibus deflagram greve de 24hs nos municípios Sorocaba, Santo André e Guarulhos. Durante a paralisação, a categoria realizou assembleias nas garagens das empresas. Após a retirada da reforma da previdência da pauta da câmara dos deputados, a categoria suspendeu a greve.

Na capital paulista os motoristas e cobradores participaram de um ato organizado pelas centrais sindicais. “Os condutores de São Paulo são contra a terceirização, a nova lei trabalhista, a reforma previdenciária e tudo que venha precarizar os direitos dos trabalhadores ativos e inativos”, afirmou o presidente do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo, Valdevan Noventa.

## Panamenhos rechaçam a presença militar dos EUA

Os Estados Unidos, com a autorização do governo do presidente Juan Carlos Varela, estão realizando manobras militares no Panamá que se estenderão até junho. 415 oficiais ianques circulam armados pelo país, gozando de imunidade diplomática.

Para o destacamento militar que os norte-americanos denominam de Comando Sul, que encabeça a operação, trata-se de “exercícios de assistência humanitária”.

Já a chancelaria local, defende os ‘exercícios’ como “um programa de treinamento dirigido aos setores de segurança nacionais”. Quando os EUA põem um pé em seu território, os panamenhos ficam alerta, pois muitas vezes Washington invadiu a pequena nação centro-americana. Agora partidos políticos progressistas e movimentos sociais se organizam contra a chamada operação Novos Horizontes. O Movimento *Polo Ciudadano* divulgou um manifesto intitulado ‘Fora militares ianques do Panamá’, do qual publicamos os melhores trechos:

“Com a justificativa de realizar supostos exercícios militares, o governo oligárquico e vende-pátria de Juan Carlos Varela autorizou a presença em território panamenho de um contingente de várias centenas de marines ianques. Essa decisão viola a soberania panamenha, viola a Constituição Política pela qual se supõe que não temos exército e viola a pretendida neutralidade do canal.

“A situação é ainda mais grave porque o governo panamenho autorizou os soldados do imperialismo ianque a transitar pelo território nacional com seus uniformes militares, armados e blindados com imunidade diplomática. Todos nos lembramos do triste caso da jovem Vanessa Rodríguez, assassinada selvagememente por um assessor militar norte-americano, que foi retirado rapidamente do Panamá para que escapasse da justiça nacional.

“Também não podemos desconhecer que estes ‘exercícios militares’ se fazem em momentos em que o governo de Donald Trump, que tem manifestado desejos de anular os Tratados de 1977 e se apoderar novamente do canal, lançou ameaças de agressão militar contra a República da Venezuela. Ameaças que devem ser tomadas a sério, muito mais ainda pelos panamenhos, que sofremos invasões militares norte-americanas dezenas de vezes, a última em 1989.

“O Polo Ciudadano exorta a cidadania a rechaçar a presença de militares estrangeiros, assim como exercícios militares que nos envolvem em planos de agressão dirigidos desde o Pentágono.

“Mobilizemo-nos unitariamente com a consigna que uniu a Nação panamenha por 50 anos: Ós mártires falaram claro: Bases NÃO!”

Não foi só no Panamá que, nas últimas semanas, o Pentágono incursionou abertamente com assessores, agentes e tropas com o objetivo de se instalar mais agressivamente na América Latina. No dia 12 passado, a ministra da Segurança, da Argentina, Patricia Bullrich, anunciou desde Washington que o governo de seu país se comprometeu a instalar uma “força de intervenção” [“task force”] da Administração para o Controle de Drogas (DEA) dos Estados Unidos em Posadas, na província de Misiones, na Triplíce Fronteira (Argentina/Brasil/Paraguai). O motivo para incentivar a ingerência é a surrada desculpa sempre usada pelo Comando Sul dos EUA: a “luta contra o narcotráfico” e contra “o terrorismo”.

Na realidade, o local onde essas forças estão se instalando mostra que o que está em jogo é o controle efetivo de áreas estratégicas por seus recursos naturais, neste caso o Aquífero Guarani de 40.000 km<sup>3</sup> de água potável de boa qualidade que subjaz toda a zona da província de Misiones, denuncia o site argentino Kontrainfo. “Pelo mesmo motivo outra ‘task force’ norte-americana similar já está funcionando silenciosamente na província de Salta, zona rica em lítio, governada por Juan Manuel Urtubey, histórico homem ligado ao Departamento de Estado dos EUA”, assinala o portal.

## Desconvidado, Maduro diz que comparecerá ao Peru ‘chova, troveje ou relampeje’

Reunido na capital peruana, uma semana após a turnê do Secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, pela América Latina, durante a qual pressionou por medidas golpistas contra o governo de Nicolás Maduro, o Grupo de Lima, declarou que a Venezuela não será bem-vinda no VIII Cúpula das Américas, que se realizará nos dias 13 e 14 de abril.

O grupo é integrado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia.

Em entrevista coletiva, a chanceler peruana, Cayetana Aljovín, desfez o convite a Maduro para o encontro: “O governo do Peru, com o apoio do Grupo de Lima, decidiu que a presença de Maduro na Cúpula das Américas já não será bem-vinda”, disse. Ela justificou a desastrosa decisão assinalando que na Venezuela não estava sendo respeitada a institucionalidade democrática.

A possível presença de Maduro na Cúpula das Américas foi um dos temas das recentes conversas com Tillerson. Ao final, o Grupo, em lugar de optar pelo debate aberto e democrático das opiniões e propostas para resolver a crise que o continente enfrenta,

preferiu obedecer ao Império.

O governo anfitrião da próxima Cúpula, o de Pedro Pablo Kuczynski, que desqualifica o presidente venezuelano acusando-o de ser um ditador corrupto, há pouco indultou o nefasto Alberto Fujimori (condenado por crimes de lesa-humanidade e roubo), em acordo feito com o objetivo de se livrar de comprovadas acusações de corrupção, pelas quais o Congresso caminhava para destituí-lo.

O chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, pediu na segunda-feira, 19, ao governo peruano que reflita sobre sua postura de não permitir a participação do presidente de Venezuela no encontro.

“Eles não me querem em Lima, mas vão me ver, pois mesmo que chova, troveje ou relampeje, por ar, terra ou mar chegarei à Cúpula das Américas com a verdade da pátria de Simón Bolívar, lá chegará a verdade da Venezuela”, afirmou Maduro durante uma entrevista coletiva.

A troca de declarações e assertivas deve continuar nos próximos dias, incorporando a opinião dos outros países membros da Cúpula. O governo peruano, através de sua chanceler, declara, por sua vez, que Maduro não ingressará no país, que se movimentará para garantir a presença de Donald Trump, em Lima.

# Justiça peruana requer a EUA a extradição de ex-presidente



“Estamos em greve nacional porque há fome no país”, afirma o líder sindical Godoy

## Argentinos fazem greve contra arrocho e pela readmissão dos demitidos por Macri

Centenas de milhares de argentinos tomaram as ruas na última quinta-feira contra a política de violentos cortes nos programas sociais e pela imediata readmissão de todos os demitidos pelo governo de Mauricio Macri.

“Hoje temos uma Greve Nacional das Estatais e uma Jornada de Lutas desde a Terra do Fogo (Sul) até Quiaca (Norte). Paramos contra as demissões, contra o fechamento de fábricas, para que se declare emergência alimentar, porque há fome no nosso país, para que se cumpra com a emergência social”, declarou o secretário-geral da Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), Hugo Godoy.

Em Buenos Aires, mais de 15 mil marcharam pelas ruas do centro para exigir um basta à política de sucateamento do Estado, “que compromete o presente e enterra o futuro”. No começo do ato, Nora Cortiñas, Mãe da Praça de Maio, animou a todos: “Filhos e filhas, aqui estão presentes com vocês os 30 mil detidos e desaparecidos. Em nome das Mães pedimos a reincorporação imediata de todos os demitidos, Todos e todas são imprescindíveis”.

Para Rafael Vargas, dirigente da Federação Açucareira Regional, que liderou uma grande caravana desde Salta e Jujuy, “os trabalhadores vieram para dizer que não fica-

rão de joelhos diante de uma política de ajuste que agride o nosso povo para beneficiar a uma pequena minoria de exploradores”.

Alertando sobre o desmonte do setor público da saúde, Mirta Jaime, presidenta da Associação dos Servidores do Hospital Posadas, explicou que a instituição tem novas 122 demissões, “que se somam a outras 520 desde março de 2016”. “Hoje dizemos ao governo de Macri que não estamos dispostos a seguir com este pacote, que estamos aqui defendendo a saúde pública, universal, gratuita e de qualidade para todos”, sublinhou.

## Lavrov: ‘Estados Unidos devem se retirar já da região que ocupam ao sul da Síria’

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sérgio Lavrov, exortou os Estados Unidos a deixar imediatamente a região sul da Síria durante um evento sobre a ação russa na Síria, realizado na segunda-feira (19), em Moscou. Para ele, os EUA precisam “sair da região e parar com os jogos perigosos”, a exemplo da utilização de sua influência “em parte do território sírio” para “criar órgãos constituídos com a finalidade de se opor a Damasco”.

“Isto é o que vemos ocorrer na Síria, no Lém, e até mesmo nos últimos desdobramentos em torno da questão palestina, que inclui a decisão de Washington de reconhecer Jerusalém como capital exclusiva de Israel”, afirmou o chanceler russo. “São atitudes que colaboram para o risco de comprometer ainda mais a situação na região, que já é lamentável”.

Em sua intervenção, Lavrov condenou a ocupação de uma região síria que faz fronteira com a Jordânia e o Iraque, de-



“Americanos permitem reorganização de terroristas”

clarada pelos EUA sob sua “proteção”. Não é por menos que a área é conhecida por abrigar, entre outras coisas, o campo de refugiados Rukban, uma instalação conhecida pela presença de mercenários, incluindo os terroristas da Frente Al-Nusra.

“Dentro da região de Al-Tanf, que os americanos declararam unilateralmente estar sob sua proteção, e dentro do campo de refugiados, os terroristas são reorganizados para restabelecer sua força, e em várias ocasiões, utilizam as

instalações para fazer incursões contra territórios controlados pelo governo. Por isso esta zona de influência deve ser desligada imediatamente”.

Sobre a postura da ONU frente aos ocorridos, Lavrov criticou as hesitações do órgão internacional. “Nossos colegas da ONU estão vacilantes ao dizerem que os combates humanitários não podem entrar nesta área controlada pelos EUA, isso porque os EUA não garantiriam a segurança na região”.

## Sete integrantes da Oxfam renunciam após envolvimento em escândalo sexual no Haiti

Sete integrantes da organização inglesa Oxfam renunciaram ou foram afastados depois que um informe sobre uma investigação interna veio à tona. O informe da organização humanitária que atua em situações de risco e de desastres ambientais expõe a má conduta de membros da equipe da organização que atuaram no Haiti depois do furacão e do terremoto que atingiu duramente sua população.

As acusações são de que integrantes da equipe contratavam serviços de prostitutas locais. O informe também revela que o diretor da equipe, Roland van Hauwermeiren, além de aceitar renunciar ao posto, também ajudou nas investigações.

O jornal The Guardian revela que três integrantes

da equipe, que participaram das ações repulsivas, ameaçaram um outro colega para obter seu silêncio.

Um dos integrantes da equipe da Oxfam também foi acusado de usar equipamento da organização para baixar material “pornográfico e ilegal”, que o jornal Guardian traduziu por vídeos pornográficos piratas.

O diretor da equipe no Haiti também é acusado pelo informe de “negligência e falha no cuidado com os funcionários”.

A Oxfam informa que vai ter um encontro com o governo do Haiti para pedir desculpas pelos erros e discutir “o que podemos fazer, inclusive pelas mulheres afetadas por estes eventos”. A Oxfam “espera reconstruir a credibilidade junto aos que apoiam nosso trabalho”.

O ex-presidente Alejandro Toledo, acusado de receber US\$ 20 milhões em propina da Odebrecht, escapa, em San Francisco, da prisão decretada pela Justiça

A Justiça peruana pediu a extradição do ex-presidente do país, Alejandro Toledo, aos Estados Unidos. Toledo responde no “Caso Odebrecht” pelo recebimento de US\$ 20 milhões em propina para beneficiar a construtora em licitações públicas no país que governou de 2001 a 2006.

Ao anunciar o pedido, na segunda-feira (19), a Justiça do país divulgou que “foi formalizado o requerimento de extradição ativa de Alejandro Toledo aos Estados Unidos, pelos delitos de tráfico de influência, conluio e lavagem de dinheiro”.

Segundo o pedido judicial, o “paradeiro provável” de Toledo é San Francisco.

O suborno pelo qual é acusado de conluio com a Odebrecht garantiu à empreiteira a vitória fraudulenta na licitação da Rodovia Interoceânica, que liga o Peru ao Brasil. Também conhecida como Estrada do Pacífico, a rodovia tem 2,6 mil quilômetros, a maior parte construída por um consórcio liderado pela Odebrecht.

### PARAÍSOIS FISCAIS

As evidências levantadas pela acusação apontam que pelo menos US\$ 11 milhões, de toda a propina paga pela Odebrecht a Toledo, foram transferidas para a conta do empresário Josef Maiman, sócio e amigo do ex-presidente. Após passar pela conta do empresário, o dinheiro seguia para depósitos em paraísos fiscais onde ficava à disposição do ex-presidente.

O esquema de lavagem rendeu outras acusações contra Toledo, como a que o implica na montagem da malha envolvendo a empresa Ecoteva, uma offshore sediada na Costa Rica e utilizada para lavar o dinheiro dos subornos da Odebrecht.

A extradição de Toledo é exigida pela Justiça peruana para que se cumpra uma ordem de prisão preventiva de 18 meses, emitida há cerca de um ano pelo juiz Richard Concepción Carhuanchu. Depois de recebida pelas autoridades norte-americanas, a solicitação deve ser encaminhada a Suprema Corte de lá, que avaliará o requerimento em audiência pública.

O pedido foi emitido, pelo Primeiro Tribunal de Investigação Preliminar da Câmara Nacional do Processo Penal do Peru. De acordo com Carhuanchu, o pedido de extradição invoca o Tratado de Extradicação entre o Peru e os EUA, assim como se baseia na Convenção da ONU contra



Toledo, foragido nos EUA

a corrupção.

Os quatro últimos presidentes do Peru, que ocuparam o cargo desde 2001, respondem a acusações por estarem na lista de propinas da Odebrecht.

O atual presidente, Pedro Pablo Kuczynski, quase foi destituído do cargo, em dezembro do ano passado, após o Congresso do país receber documentos comprovando que a Odebrecht pagou US\$ 4,8 milhões a duas de suas empresas. Para salvar sua pele, Kuczynski trocou os votos do partido fujimorista, para livrá-lo do impeachment, pela anistia do ex-ditador, Alberto Fujimori, que dessa forma, foi solto da cadeia.

Sem conseguir explicar o pixuleco que recebeu da Odebrecht e atolado com o indulto a Fujimori, sua aprovação despencou mais de 10 pontos percentuais, atingindo 75% de rejeição. Ao todo, desde que o ditador foi solto da cadeia, cinco manifestações populares foram organizadas exigindo que o governo faça o ditador pagar por seus crimes de lesa-humanidade e corrupção. Agora, um juiz peruano, acaba de exigir o retorno do ex-ditador à prisão (ver matéria abaixo).

### HUMALA

Já o ex-presidente Ollanta Humala, que ocupou o cargo entre os anos de 2011 e 2016, assim como sua esposa, estão presos desde julho do ano passado, aguardando julgamento. Para se eleger foi apadrinhado pela Odebrecht, que “investiu” US\$ 3 milhões em sua campanha.

Em depoimento a investigadores peruanos, no dia 15 de maio do ano passado, Marcelo Odebrecht revelou que o apoio a Humala se devia “ao pessoal do Partido dos Trabalhadores” e que lhe “pediram para apoiar a campanha de Humala”. Na ocasião, o ministro Palocci (então ministro do governo Dilma e ex-ministro e braço direito de Lula), me fez um pedido para que dessemos US\$ 3 milhões para apoiar a candidatura do senhor Humala”.

Ainda em novembro do ano passado, Marcelo Odebrecht assegurou aos procuradores peruanos que “com certeza” pagou propina a Alan García Pérez, que governou o Peru entre os anos de 2006 e 2011.

GABRIEL CRUZ

## Corte decide levar Fujimori a novo julgamento por chacina

Um tribunal do Peru decidiu na última segunda-feira que o ex-presidente Alberto Fujimori deve ir a novo julgamento por um massacre de seis camponeses em 1992, sublinhando que a imunidade concedida no indulto de dezembro do ano passado não inclui indiscriminadamente a todos os seus crimes. Fujimori é responsável pelos crimes de homicídio, sequestro e associação criminosa executados pelo esquadrão paramilitar em Pativilca, um povoado ao norte de Lima.

“O Colegiado B da Sala Penal Nacional decide que no caso Pativilca não se aplica o direito de graça por razões humanitárias ao ex-presidente Alberto Fujimori. Portanto, não será excluído do julgamento neste caso”, informou o poder judicial.

Fujimori cumpria uma condenação de 25 anos de prisão por outros dois massacres realizados por seu governo (1990-2000), marcado

pela submissão aos interesses estadunidenses, quando foi indultado às vésperas do Natal pelo presidente Pedro Pablo Kuczynski (PPK). Com seu governo comprovadamente atolado em práticas de corrupção, PPK usou o “perdão” como moeda de troca para que a bancada fujimorista não votasse pelo seu afastamento.

De acordo com a Procuradoria, além de Fujimori outras 23 pessoas, entre elas integrantes de um grupo paramilitar e das Forças Armadas, precisam ir para a prisão.

“Se o direito de graça, o perdão, for aplicado, iremos a instâncias internacionais”, declarou a advogada das vítimas, Gloria Cano.

Fujimori foi colocado em liberdade após passar 12 anos na prisão, como autor mediato da morte de 25 pessoas em duas ações contra opositores distantes em Barrios Altos e na Universidade La Cantuta em 1991 e 1992.

Pelo  
Mundo



CAIO REARTE\*

## Como a CIA mantém seus segredos?

Uma pergunta que eu recebo bastante quando descrevo alguma operação clandestina/ilegal/secreta da CIA ou de outra organização é “mas como ninguém fala dessas operações?” ou “não tem como um segredo se manter por tanto tempo”.

Minha resposta tem duas partes. A primeira: os segredos nem sempre se mantêm por tanto tempo. Na foto, estão Colleen Rowley (ex-FBI), Thomas Drake (ex-NSA), Jesselyn Raddack (ex-Departamento de Justiça), Edward Snowden (ex-CIA e NSA), Sarah Harrison (Wikileaks) e Ray McGovern (ex-CIA). Os quatro primeiros são whistleblowers, pessoas que saíram (ou foram expulsas) de suas organizações por serem contra alguma ilegalidade que testemunharam no exercício de sua função. Eventualmente eles foram a público, cada um revelando algo que os EUA queriam esconder. Há muitos outros casos. Além disso, os segredos podem ser revelados por causa de documentos que as organizações são forçadas a tornar públicos.

A segunda parte é o sistema criado e aperfeiçoado por essas organizações para impedir ou silenciar aqueles que expõem os segredos delas. É parte central do trabalho dessas organizações proteger seus segredos. Elas começam essa proteção desde o início da carreira no mundo secreto.

- **Recrutamento:** as pessoas chamadas para trabalhar nessas organizações passam por um extenso e profundo processo de seleção, que envolve até o uso de detectores de mentiras, de entrevistas com conhecidos e análise genealógica.

- **Juramento:** quem é contratado faz um juramento que vai manter as informações em segredo.

- **Contratos de Confidencialidade:** além do juramento, assinam um contrato estipulando penas severas caso violem os segredos da organização.

Isso é só o começo. Depois, ela vai para sua missão. Pra cada missão, pode ter um novo contrato de confidencialidade, para que a pessoa possa receber as informações secretas sobre a missão. Conforme a pessoa avança dentro da organização, entra a parte subjetiva, que é o sentimento de participar de algo secreto, de saber os segredos do seu país, da lealdade aos companheiros e à nação, de pertencer a uma elite. Revelar algum segredo é visto como uma grande traição.

Mas mesmo assim, alguns podem questionar sua missão. Em geral, primeiro o fazem internamente, para seus superiores ou para a Corregedoria da organização. E aí vem a outra parte do sistema, para silenciar:

- **Retaliação/ameaças dentro do ambiente de trabalho:** o funcionário é colocado em outra função, às vezes em outra cidade ou país, ou pode perder uma promoção, ou seu cargo.

- **Omissão:** os funcionários que protestam formalmente tem inúmeros obstáculos. Um memorando se perde, uma gravação desaparece, uma reunião é esquecida, fazem de tudo internamente para que o funcionário desista da reclamação.

Mesmo assim, alguns ainda vão a público, e a pressão continua.

- **Ataques pessoais:** se o indivíduo foi identificado e foi a público, as agências usam seus contatos na mídia para revelar segredos embaraçosos dos indivíduos e para atacá-los, em geral. Qualquer coisa serve para atacar.

- **Ataque jurídico:** o governo processa o funcionário, normalmente por múltiplos motivos, qualquer coisinha errada serve. A acusação ajuda a atacar a índole da pessoa e pode colocá-la atrás das grades. Mas além disso, esses processos são muito longos e caros e podem levar a pessoa à falência. Também geram um enorme estresse. O objetivo é fazer a pessoa aceitar um acordo, no qual admitem algum crime - manchando sua ficha - e cumprem uma pena menor. Se mesmo assim, a pessoa se recusar a aceitar um acordo, eles têm a carta na manga final, o State Secrets Privilege. Invocando esse privilégio o poder executivo pode selar o caso para sempre. Isso significa que todas as evidências, os depoimentos, etc. viram segredos de estado (o processo deixa de ser público) e o caso é arquivado.

Ou seja, os segredos dessas organizações (CIA, NSA, JSOC, FBI, etc.) são levados muito a sério. Ainda que as revelações aconteçam, é por isso que elas são raras...

\*Caio Rearte é colaborador do HP e editor do blog [caiorearte.blogspot.com](http://caiorearte.blogspot.com) Twitter: [caiorearte2](https://twitter.com/caiorearte2)



A partir da esquerda: Colleen Rowley (ex-FBI), Thomas Drake (ex-NSA), Jesselyn Raddack (ex-Departamento de Justiça), Edward Snowden (ex-CIA e NSA), Sarah Harrison (Wikileaks) e Ray McGovern (ex-CIA)

# Estudantes repudiam massacre na Flórida e exigem segurança



Estudantes diante da Casa Branca: “quantos garotos o Cartel do Rifle matou hoje?”

## CIA interferiu em eleições de 81 países mas jura que foi “por uma boa causa”

Enquanto o New York Times admitia que os EUA interferiram “em mais de 80 países”, a apresentadora Laura Ingraham, da Fox News, ao chamar seu “velho amigo”, o ex-diretor da CIA James Woolsey, para debater sobre o Russiagate – o embuste da “ingerência russa”, ela surpreendeu a todos pela candura com que lhe indagou: “Já tentamos nos intrometer nas eleições de outros países?”

“Oh, provavelmente”, acedeu cinicamente Woolsey, acrescentando que “foi para o bem do sistema”, para evitar que os comunistas tomassem o poder. “Por exemplo, na Eu-

ropa, em 47, 48, 49, os gregos, os italianos...”

“Nós não mexemos nas eleições de outras pessoas, Jim?”, insistiu Ingraham. “Bem”, aquiesceu Woolsey, “somente por uma boa causa”. Dito o que ambos caíram na risada.

Dov Levin, pesquisador da Universidade Carnegie Mellon, assinalou 81 casos de interferência norte-americana em eleições. Inclusive nas eleições russas de 1996 - a quem Washington acusa tão energeticamente agora das mesmas ações - para roubar o pleito, impedir a vitória do líder comunista Gennadi Ziuganov e manter o fanto-

che Boris Yeltsin. Em 2014, a subsecretaria de Estado Victoria Nuland, e o senador John McCain, participaram pessoalmente em Kiev do golpe para derrubar o presidente legítimo da Ucrânia.

De acordo com o artigo, os EUA derrubaram líderes eleitos no Irã e Guatemala nos anos 1950 e apoiaram golpes de estado em quatro continentes. A CIA também organizou assassinatos por razões políticas e publicou notícias falsas.

Como diz a velha anedota: “Porque não há golpe de estado nos EUA?” Resposta (óbvia): “porque lá não tem embaixada americana”.

O cineasta Michael Moore diz que ‘há as armas, mas não só’. Ele lembra: ‘há muitas armas no Canadá mas o número de homicídios é muito menor que nos EUA’

Dezenas de estudantes se manifestaram diante da Casa Branca na segunda-feira (19), para denunciar os massacres que não cessam nas escolas públicas norte-americanas por atiradores ensandecidos – o mais recente deles na Flórida, na semana passada, na escola secundária Marjory Stoneman Douglas, em Parkland, com 17 mortos – e para repudiar a falta de controle na aquisição de armas.

Desde janeiro, já são 18 morticínios em escolas nos EUA, em 13 estados. No protesto de Washington, diferentes grupos de estudantes se revezaram deitando-se na Avenida Pensilvânia, por três minutos cada, para representar as vítimas e simbolizar o reduzido tempo que o alucinado autor do tiroteio da Flórida, Nikolas Cruz, demorou para comprar o fuzil AR-15 com o qual cometeu a matança aleatoriamente.

Embora seja compreensível que os estudantes protestem contra a facilidade com que se compra uma arma semi-automática, de guerra, nos EUA, seria simplificação achar que isso explica tudo. Como assinalou o cineasta Michael Moore, de “Tiros em Columbine”, há as armas, mas não é só as armas. “Há um montão de armas no Canadá e, no entanto, a taxa de homicídios é de uns 200 ao ano. Pela sua proximidade, a cultura canadense é muito similar à nossa: as crianças têm os mesmos videogames, vêem os mesmos filmes e programas de TV e no entanto não crescem com o desejo de matar uns aos outros. A Suíça ocupa o terceiro lugar mundial em posse de armas por pessoa, porém, sua taxa de criminalidade é baixa”.

Assim, já faz mais de duas décadas, ferve a epidemia americana de massacres nas escolas. São os ‘Mi Lai’ e os ‘No Gun Ri’ – as chacinas cometidas por tropas americanas contra civis nas guerras no exterior – voltando para casa, depois de dezenas de anos de genocídio contra outros povos, invasões, ocupações, tortura, sempre glorificados pelo establishment ao mesmo tempo em que os monopólios e a mídia fazem apologia do egocentrismo e da revanche. Sinais indistigáveis de decadência do império, que se somam à miséria espiritual, à pornografia, às mortes por overdose de opiáceos, em meio à metástase da especulação em Wall Street e da carreira ar-

mamentista.

Diante da Casa Branca, os estudantes cantaram uma adaptação do brado que está nas ruas desde a guerra do Vietnã: “hey hey NRA how many kids do you kill today?” (Ei, Ei NRA quantos garotos você matou hoje?) – então, era Nixon.

A NRA é a Associação Nacional do Rifle, cujas propinas garantem que nos EUA se possa comprar ARs-15 até em supermercados. Trump não estava na Casa Branca para ouvir os protestos, por se encontrar em seu clube privativo, em Mar-a-Lago, aproveitando o feriado prolongado e jogando golfe. Os estudantes exigiram, ainda, “segurança nas escolas”. Outra manifestação, convocada pelos sobreviventes da escola Marjory, irá ocorrer em Washington no dia 24 de março, a “Marcha pelas nossas vidas”.

No sábado, centenas de pessoas se manifestaram diante do corte federal de Fort Lauderdale, na Flórida, e ocorreram vigílias com velas em dezenas de cidades.

Já os organizadores do feirão de armas conhecido como “Gun Show da Flórida” decidiram manter a realização do “evento”.

Pela lei americana, o atirador Cruz, já preso, de 19 anos, não podia comprar ou consumir uma garrafa de cerveja (idade mínima, 21 anos), mas não sofriria qualquer impedimento para comprar um AR-15. Também não houve qualquer verificação de sua sanidade mental.

### SAÚDE MENTAL

Documento do Departamento de Crianças e Famílias (DCF) da Flórida revelou que Cruz recebia tratamento psiquiátrico e tomava medicamentos controlados em 2016 e, segundo sua mãe adotiva – que morreu no ano passado –, sofria de depressão, déficit de atenção e autismo. Essa análise foi realizada depois que surgiram vídeos no Snapchat em que ele aparecia se cortando e em que dizia querer comprar uma arma.

O secretário do departamento, Mike Carroll, disse que os registros mostraram que Cruz estava recebendo serviços de saúde mental antes, durante e após a avaliação. Segundo a ABC News, durante os interrogatórios após o massacre Cruz relatou à polícia que escutou vozes na sua cabeça que lhe indicaram como cometer o ataque. Ele poderá ser condenado à prisão perpétua ou a pena de morte.

ANTONIO PIMENTA

## Porto Rico: 5 meses após furacão, 250 mil ainda continuam sem luz

A Autoridade de Energia Elétrica (AEE) de Porto Rico anunciou que, paralisada pelo violento corte de recursos, será obrigada a “economizar”, comprometendo ainda mais a frágil rede da ilha caribenha devastada pela passagem do furacão Maria. Cinco meses após a tragédia, que destruiu duas terças partes da rede elétrica da ilha, 250 mil pessoas continuam sem luz.

A decisão de reduzir a geração de energia ocorreu poucos dias após a juíza Laura Taylor rechaçar, a partir de Nova Iorque, a petição de um empréstimo de US\$ 1 bilhão para que a AEE fizesse os investimentos necessários. Sob

o argumento estapafúrdio de que não haveria suficientes “provas” que mostrassem a necessidade do financiamento, a juíza se alinhou à pressão do governo dos EUA pela privatização da estatal e inviabilizou o funcionamento da estrutura pública.

Sem recursos e diante da gravidade dos problemas a serem resolvidos, a direção da AEE alertou que a companhia só deve conseguir continuar funcionando até março. Até o governador da ilha, Roberto Rossello, geralmente um fiel seguidor da política de Washington, ergueu a voz e responsabilizou o Departamento do Tesouro dos EUA pelo iminente colapso do sistema.

# A MÁ GESTÃO DO NOSSO PAÍS TEM SOLUÇÃO?

## O SINTERGS RESPONDE: SIM.

*A má gestão do País, com a qual só quem ganha é o mercado financeiro, precisa imediatamente de um fim. As propostas defendidas pelo SINTERGS apontam soluções para esse cenário de crise através do combate aos desvios de dinheiro, do fim dos cabides de emprego e de uma auditoria da dívida pública, bandeiras históricas do SINTERGS.*

*A perda de direitos dos trabalhadores com a reforma trabalhista, já aprovada, e a reforma da previdência do Governo Temer são uma verdadeira humilhação. Ter a humildade de aceitar boas propostas é fundamental para fazer nosso País sair desta crise de uma vez por todas.*

**NOSSO PAÍS NÃO PODE MAIS FICAR NESTA SITUAÇÃO. OS TRABALHADORES NÃO SÃO OS CULPADOS.**

**Não há solução sem diálogo efetivo.** Presidente, senadores e deputados, deem ouvidos a quem sabe.



[www.sintergs.org.br](http://www.sintergs.org.br) - [facebook.com/sintergs](https://facebook.com/sintergs)

**BOA POLÍTICA TEM NOME.**

# Falsificação do juro real é para seguir pilhando o dinheiro do país e do povo

Quer evitar essa questão, somente tem um objetivo: disfarçar a pilhagem, mascarar a gigantesca transferência de recursos para o setor financeiro, para continuá-la

CARLOS LOPES

Para Iso Sendacz e seus bravos companheiros do SINAL

Segundo a diretoria do Banco Central (BC), alguns jornais e a TV, repetidos pelos tolos de sempre, os juros altos deixaram de existir no país. Segundo um desses órgãos, temos hoje “os juros menores da História do Brasil” (!).

Certamente, seria inútil esperar que, pelo menos, respeitassem, nessa campanha de cretinice, a memória ainda não de todo apagada dos mais veteranos (e mais experientes...), que lembram os juros reais (os do crediário, que são muito mais elevados que os juros básicos) **negativos**, no início do Plano Cruzado, em 1986.

Pelo jeito, aquela época deixou de pertencer à História... E não apenas esta. Por exemplo, eis uma observação sobre a economia brasileira antes de 1964:

“A vigência da lei da usura implicava, especialmente no caso de empréstimos públicos, taxas de juros reais negativas e, consequentemente, importantes transferências reais aos agentes econômicos endividados” (Marcelo de Paiva Abreu, “*O Brasil no século XX: a economia*”, in IBGE, *Estatísticas do Século XX*, Rio, 2006).

A “lei da usura” é o Decreto-Lei nº 22.626, de 7 de abril de 1933, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que limitava as taxas **nominais** de juros a 12% ao ano.

Além dessa falsificação “histórica”, também sob qualquer outro aspecto essa panfletagem dos fantasmagóricos juros baixos (com Meirelles, ex-presidente do BankBoston, mandando na equipe econômica) é também mentira. Diz o último relatório sobre juros – o de dezembro de 2017 – da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC):

“*Considerando todas as elevações e reduções da taxa básica de juros (Selic) promovidas pelo Banco Central desde março/2013, (...) a taxa de juros média para pessoa física apresentou uma elevação de 45,73 pontos percentuais (elevação de 51,98%) de 87,97% ao ano em março/2013 para 133,70% ao ano em dezembro/2017.*”

“*Nas operações de crédito para pessoa jurídica houve uma elevação de 19,69 pontos percentuais (elevação de 45,18%) de 43,58% ao ano em março/2013 para 63,27% ao ano em dezembro/2017.*”

Certamente, não se trata, aqui, dos juros básicos. Mas o que a ANEFAC está registrando é que os demais juros da economia permanecem estupidamente elevados em relação aos níveis de cinco anos atrás, que já eram muito altos. Aliás, em uma palavra, permanecem **extorsivos**.

Ora, dirá o fariuseu de plantão na diretoria do BC – ou o comentarista econômico cujo único talento é maçar o neoliberal de Chicago -, agora a taxa Selic está apenas em 6,75%, quando, em outubro de 2016, estava em 14,25%. Não é uma maravilha? Porém, quem estabelece os juros é “o mercado”. É preciso tempo para que os demais juros da economia sigam o caminho da Selic – que, esquece nessa hora o elemento, não é estabelecida por qualquer “mercado”, mas pela diretoria do BC, rotulada, a cada 45 dias, de Comitê de Política Monetária (Cpom).

Como não é segredo para os nossos leitores, o que eles chamam de “mercado” são os monopólios financeiros, aquilo que, em 1914, um futuro membro da Corte Suprema dos EUA, Louis Brandeis, chamou de “cartel do dinheiro” – ou, nas palavras do então presidente Woodrow Wilson, citadas por Brandeis: “O grande monopólio neste país é o monopólio do dinheiro. Enquanto isso existir, nossa antiga variedade e liberdade e energia individual de desenvolvimento estão fora de questão” (cf., Louis Brandeis, “*Other People's Money And How The Bankers Use It*”, Frederick A. Stokes Company Publishers, 1914).

Por isso, a polêmica sobre por que os juros no Brasil são altos, com duntas apreciações supostamente econômicas, é, sob qualquer aspecto, falsa.

Os juros no Brasil são altos porque os monopólios financeiros – o

cartel formado por bancos, fundos estrangeiros e outros especuladores – domina o Banco Central, e, de resto, o governo.

Por exemplo: por que razão Lula, depois de eleito presidente pela primeira vez – e ainda antes de tomar posse – anunciou que o presidente do Banco Central seria o ex-presidente do BankBoston, então deputado federal **eleito pelo PSDB** (ou seja, pelo partido do adversário que Lula derrotara, José Serra, a quem Meirelles apoiou na eleição)?

Porque, na cabeça colonizada de Lula, o “normal” é que a política monetária seja entregue a quem ganha os tubos com ela, isto é, os citados monopólios financeiros estrangeiros.

O resultado foi uma pilhagem total de R\$ 1 trilhão, 285 bilhões e 62 milhões, que o setor público transferiu para o setor financeiro, em juros, de 2003 a 2010 – ou seja, durante os dois mandatos de Lula.

E nem falaremos da nomeação, por Dilma, de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda (contra Lula, que preferia Meirelles...), pois isso é matéria recente.

## O REAL E O NOMINAL

Para usar a linguagem popular; toda a propaganda atual sobre a queda dos juros é palhaçada. Mas uma palhaçada muito interessada em manter os juros lá em cima, e, por essa via, continuar saqueando o dinheiro dos brasileiros.

Pois o que interessa, em se tratando de juros, **não é a taxa nominal, mas a taxa real**, isto é, a taxa de juros depois de descontada a inflação. Ela é que constitui o ganho do banqueiro, do especulador, portanto, a parte da riqueza nacional que é transferida para o setor financeiro, parasitário, da economia. A parte que é anulada como ganho, pela inflação, não tem a menor importância, do ponto de vista daquilo que realmente interessa: o desenvolvimento do país e a elevação do padrão de vida do povo.

Tanto isso é verdade que, desde março de 2017, a diretoria do BC se empenha em vencer os incautos de que a taxa Selic, como taxa real de juros **básicos** (portanto, o piso dos juros da economia), não tem a menor importância.

Aliás, diz o sr. Goldfajn e seus colegas da diretoria do BC, como veremos, a Selic nem é a taxa **básica**.

Resta saber por que ele e seus asseclas se retinam, durante dois dias, a cada 45 dias, com toda a solenidade – ou com uma solenidade ridícula, dependendo do ângulo pelo qual se enxerga a realidade -, se essa taxa não tem importância, ou nem é a taxa **básica**.

Ou por que, nesse dia, o país fica em suspenso, esperando a nova taxa Selic.

Ou, por que 47,9% dos títulos emitidos pelo governo federal **têm como indexador, precisamente, a taxa Selic** (cf. BC, “Estatísticas fiscais”, *Quadro XXXVIII – Títulos públicos federais e operações de mercado aberto*, nota de 31/01/2018).

## PARA FRENTE E PARA TRÁS

No dia 23 de maio de 2017 (ou, como o BC prefere, “05/23/2017”, pois lá até as datas obedecem à notação norte-americana), a diretoria do Banco Central emitiu uma nota à imprensa sobre o cálculo da taxa básica real de juros:

“*Os chamados juros reais ex-post referem-se a períodos passados, enquanto os juros reais ex-ante são aqueles esperados para períodos futuros. A taxa real ex-post da economia brasileira pode ser calculada como a taxa Selic efetiva acumulada nos últimos 12 meses, descontada a inflação acumulada no mesmo período. Já a taxa ex-ante é medida pela expectativa de taxa de juros futuros – pode-se considerar a taxa dos swaps DI pré 360 dias – subtraindo-se a expectativa de inflação para os 12 meses à frente – obtida da pesquisa Focus, realizada pelo BC”* (cf. BC, “Taxa de juros reais ex-post ou ex-ante? Qual delas reflete me-



Ilhan Goldfajn, presidente do Banco Central

lhora o estado atual da economia?”, 23/05/2017).

Citando o chefe adjunto do Departamento de Política Econômica do BC, Renato Baldini, a nota afirmava que a taxa **ex-ante** (descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses) é “**um índice que reflete melhor o estado atual e futuro da economia**”.

É preciso dizer que, já existe algum tempo, 99,9% dos comentaristas, economistas e operadores financeiros consideram que a taxa real é somente aquela com base na inflação futura **projetada**. Por exemplo:

“*Apenas de maneira ilustrativa, incluimos as medidas de juros reais ex-post, ou seja, com uso da inflação acumulada no período, todavia a medida de juros reais deve sempre contar com as projeções futuras dos índices oficiais de preços*” (cf. Moneyou, “Ranking Mundial de Juros Reais”, abril/2013, grifo nosso).

O motivo de tal dogmatismo (“*deve sempre contar, etc.*”) é que essa taxa corresponde ao critério dos bancos e outros especuladores, que apostam em qual será a taxa real de juros ao fim de tal ou qual período. Para determinados elementos, o interesse do setor financeiro é a sua crença religiosa.

## ASSIMETRIA

A base dessa nota do BC para a imprensa, sobre o cálculo dos juros reais, era um pequeno artigo, inserido no Relatório de Inflação de março de 2017, intitulado “*Taxa de juros real durante desinflações*” (cf., BC, “**Relatório de Inflação**”, v. 19, nº 1, março 2017, Brasília, pp. 52-55).

Resumindo: quando calculada com base na inflação já acontecida, a taxa **básica deveria ser a Selic**; quando calculada com base na inflação projetada para os 12 meses à frente, a taxa **básica deveria ser a dos swaps DI pré 360 dias**.

Portanto, o cálculo da taxa básica de juros real deveria ser feita com base na taxa nominal dos “swaps DI pré 360 dias”, e **não com base na taxa Selic**, pois a diretoria do BC não ignora que os operadores – a começar por aqueles da cúpula do BC – usam sempre o desconto da inflação **futura, projetada**, para calcular a taxa real.

O motivo dessa mudança – da Selic para a taxa dos “swaps DI pré 360 dias” – era, segundo se depreende do texto do Relatório de Inflação, fazer com que a taxa real correspondesse às “expectativas de inflação”. Ou seja, que fosse calculada não com base na inflação real, mas naquela que os gênios do mercado financeiro – incluindo os da diretoria do BC – achassem que era a expectativa, por vários motivos, a começar pelos motivos políticos.

Literalmente, com seu estilo obscuro, escreveu a diretoria do BC no Relatório de Inflação:

“*A taxa real ex-ante tem caído (...) Depois de atingir 7,3% em agosto de 2016, a taxa real ex-ante atualmente encontra-se abaixo de 5%. A taxa real de juros ex-post tem um comportamento distinto, atingindo um mínimo de 2,3% no segundo semestre de 2015, período de elevados patamares inflacionários (acima de 9% no acumulado em 12 meses). Com a redução da inflação ao longo de 2016 e início de 2017, a taxa ex-post aumentou continuamente (...). ... em períodos de desinflação, é comum ocorrer, num período inicial, movimento inverso*

também, sobre qual será a inflação desse período.

É óbvio que isso significa que a taxa básica será determinada – como já é a Selic – pelo setor financeiro. A única diferença, em relação à situação anterior ao Relatório de Inflação de março de 2017, é que a diretoria do BC tornou-se mais descarada ainda do que já era, no seu papel de representante – ou empregada – dos monopólios financeiros, sobretudo os externos.

Alguns anos antes da ditadura ser derrubada, um prócer do governo de então – isto é, da ditadura – acusou o empresário e ex-ministro Severo Gomes de ser um estatista. “Não é verdade”, respondeu Severo Gomes. “A única estatização que sou a favor é a do Banco Central”.

Com efeito. O que diria ele, hoje, com o descaramento do sr. Goldfajn?

No entanto, cabe indagar em que sentido é esse descaramento. Qual a diferença **prática** entre usar uma taxa e outra?

Eis um exemplo de diferença **prática**:

Em abril de 2017, o site Moneyou, em geral a referência da imprensa para o cálculo da taxa real de juros básicos, publicou, após a reunião do Copom (dias 12 e 13 daquele mês), seu resultado: o Brasil estava com uma estonteante taxa real básica de 6,36% ao ano, a maior do mundo.

Somente um país, em toda a Terra, estava com uma taxa básica real próxima (a Rússia, com 5,12%). Os outros, ficaram a uma distância tão grande quanto aquela em que o pangaré uruguaio Montecristo, devidamente dopado, deixou seus concorrentes, no Grande Prêmio Brasil de 1962.

Porém, no ranking seguinte do Moneyou, foi anunciado um “novo Ranking Mundial de Juros Reais”:

“*Em vista ao último Relatório Trimestral de Inflação (RIT) de 30 de março de 2017, onde grande ênfase foi dada à ratificação da queda dos juros reais e após extensa discussão produtiva com membros da autoridade monetária, mantivemos os cálculos referenciais pela equação de Fischer (...). Todavia, em confluência com estas discussões com o Banco Central, adotamos a taxa de juros referencial do dia da elaboração do ranking como o Swap DI Pré de 1 Ano exatamente por explicitar uma taxa “a mercado”, ou seja, um referencial do que seria juros dados ou tomados numa operação real e não o referencial das taxas nominais aplicadas pela Selic (...). Deste modo, abandonamos quaisquer referências às taxas Ex-Post, focando somente nas Ex-Ante*” (cf. Moneyou, “Novo Ranking Mundial de Juros Reais – Mai/17”, 01/06/2017).

No “ranking” do Moneyou, a taxa real dos juros básicos (**ex-ante**, ou seja, descontada a inflação **futura projetada**) do país havia caído para 4,3%.

Se mantida a Selic nesse cálculo (ao invés da taxa do “*Swap DI Pré de 1 Ano*”), usando a mesma fórmula, a taxa real dos juros básicos estaria em 6%.

Portanto, de uma tacada só, a taxa real foi amputada de 1,7 ponto percentual, ou seja, quase 30% **menos**, sem que houvesse qualquer alteração econômica que justificasse essa queda.

Era, simplesmente, uma quebra do termômetro para acabar com a febre... A isso se chamava “grande ênfase [do BC] à **ratificação** da queda dos juros reais”.

Como “ratificação”? Desde quando a função do cálculo da taxa real de juros é “ratificar” aquilo que quer o BC – aliás, o setor financeiro, que manda na diretoria do BC?

## NA MESMA

Para isso serve, portanto, a troca da Selic pelo taxa do “Swap DI Pré de 360 dias”. Para “ratificar a queda dos juros reais”, para esconder que os juros reais estão nas alturas.

E tanto isso é verdade que os demais juros da economia, como já mencionamos, não mostram baixa no mesmo sentido que as taxas maquiadas de juros básicos.

Aliás, até mostram, mas ainda mais cosmética que aquela da Selic.

Após 13 reduções, a taxa de juros do crediário, na prática, não saiu do mesmo lugar (89,04% ao ano); o mesmo em relação à do cartão de crédito (321,63% a.a.), à do cheque especial (295,48%) e à do empréstimo pessoal



nas financeiras (137,91%). E essas taxas, que citamos, são **médias**. Em muitos lugares elas estão mais altas. A taxa **média** para “pessoas físicas” está em **133,70%** ao ano (todos os dados são do último relatório da ANEFAC).

## PREVISÃO

Após a última reunião do Copom, no dia 8 deste mês, a diretoria do BC comunicou que decidira “*reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 6,75% a.a.*”.

Segundo o comunicado, para chegar a esse resultado, o Copom considerara que “*as expectativas de inflação para 2018 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 3,9%*”.

Logo, começou o foguetório da TV e a onda dos mais tolos (embora não necessariamente bem intencionados, somente por serem tolos) sobre “o menor juro da história” e outras fabricações.

Com base no “Swap DI Pré de 1 Ano”, a mídia divulgou que a taxa real de juro básico, no Brasil, passara a ser 2,89%, “apenas” a quinta do mundo, depois da Argentina, Turquia, Rússia e México.

Se fosse a quinta do mundo, já seria um desastre. Por que, em um mundo onde a média dos juros básicos está em 0% (**zero** por cento), o Brasil teria um juro tão alto, tão infinitamente maior que aquele dos EUA (-0,81%), França (-1,55%), Inglaterra (-2,11%) e até do que aquele de Israel, país natal do presidente do BC (-0,57%)?

Porém, a taxa real básica, atual, no Brasil, é muito maior que a propalada pela mídia.

No comunicado do BC, está claro que foram usadas duas projeções de inflação, todas com origem no boletim Focus: 3,9% e 4,2%.

Entretanto, leitores, no dia seguinte àquele em que o BC anunciou a nova taxa Selic, o IBGE revelou que a inflação, no Brasil, medida pelo IPCA, está em **2,86%** ao ano (cf. IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIC, 08/02/2018).

Mas o Banco Central usou a projeção do Boletim Focus, que é, meramente, a **mediana** (ou seja, 50% das previsões ficaram acima dela e 50% ficaram abaixo) das previsões dos bancos.

Se aplicarmos a inflação que existe (2,86%) ao cálculo da taxa real de juros básicos, a **Selic**, encontraremos **3,78%**.

Ou seja, a taxa real de juros é 0,89 ponto percentual acima daquela divulgada após a reunião do Copom, ou, que é a mesma coisa dita de outra forma, a **taxa real de juros básicos é 31% maior** do que aquela comemorada pela banda de música (música?) do setor financeiro.

Qual o problema no cálculo, além da troca da Selic pelo “*Swap DI Pré de 1 Ano*”?

O problema é que a inflação **futura** projetada, sobretudo nesse caso, é uma fantasia – se foi inventada especificamente para subestimar a taxa real de juros básicos, nós não sabemos; mas que o efeito foi esse, realmente, foi.

É ainda mais claro, aqui, porque as trombas do setor financeiro odeiam juros reais calculados com base na inflação real – e preferem fabricar juros reais com base em “projeções” de inflação que refletem, sobretudo, o interesse dos tubarões que abocanham juros às custas do povo brasileiro.

No próprio comunicado que anunciou o corte dos juros nominais, o BC também comunicou que este é o último corte.

Por que?

Porque eles querem que seja assim. Somente por isso.

E por que eles querem que seja assim?

Porque os fundos de Wall Street e os bancos querem receber, no mínimo, por volta dos 4% reais pelo dinheiro que aplicam para saquear o Brasil.

Somente por isso.